



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE FILOSOFIA

HENRIQUE DE LIMA SANTOS

A CRÍTICA DE RUSSELL A MEINONG NA PERSPECTIVA DE *ON DENOTING*

Erechim

2014

HENRIQUE DE LIMA SANTOS

A CRÍTICA DE RUSSELL A MEINONG NA PERSPECTIVA DE *ON DENOTING*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul – Erechim, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Jerzy André Brzozowski.

Erechim

2014

HENRIQUE DE LIMA SANTOS

A CRÍTICA DE RUSSELL A MEINONG NA PERSPECTIVA DE *ON DENOTING*

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Erechim.

Orientador: Prof. Dr. Jerzy André Brzozowski

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jerzy André Brzozowski - UFFS

Prof. Dr. Thiago Soares Leite - UFFS

Prof. Dr. César Schirmer dos Santos – UFSM

Não julgo possível construir-se uma teoria defensável acerca de verdade e falsidade sem certas pressuposições que muitos filósofos modernos consideram indevidamente metafísicas. Penso que se deve dizer que existem *fatos* e que a “verdade” consiste numa espécie de relação com os fatos, enquanto que a “falsidade” consiste de outra espécie de relação. Acho que essa espécie de modesto agnosticismo que pretende que jamais conhecemos os fatos é absurda. Pretender que não sei quando estou sentido dor, ou quando ouço um barulho, ou quando vejo o sol, é uma espécie de coisa que só é possível para aqueles em que a teoria matou completamente o senso da realidade. Ademais, mesmo os defensores mais apaixonados do ponto de vista que estou rejeitando admitirão que as sentenças consistem de palavras, e não podem negar que o ato de proferir ou ouvir uma frase é um fato da mesma espécie daqueles que eles consideram incognoscível. A linguagem é uma forma de conduta corporal como andar, comer ou beber, e o que quer que não possamos saber acerca de andar, comer ou beber, também não podemos saber quanto ao que concerne à linguagem. (RUSSELL, Bertrand. *Meu Pensamento Filosófico*, 1960, p. 130)

RESUMO

Atualmente, é comum encontrarmos referências à disputa envolvendo Alexius Meinong e Bertrand Russell que aconteceu logo no começo do século passado, principalmente entre 1904 e 1907. No centro da disputa encontram-se duas obras de extrema importância para o desenvolvimento da filosofia até os dias de hoje. De um lado temos, em 1904, a obra de Meinong intitulada *Sobre a teoria dos objetos*, e de outro, em 1905, o famoso artigo de Russell *Da Denotação*. Sendo assim, tentar-se-á aqui reconstruir as noções básicas da *teoria dos objetos* e da *teoria das descrições*. Na primeira parte do trabalho estará presente a teoria dos objetos de Meinong, além de considerações sobre a influência da escola de Brentano. Na segunda parte, figurarão noções centrais da teoria das descrições de Russell, ressaltando a sua relação com noções da obra *The Principles of Mathematics* de 1903. Por fim, far-se-á algumas considerações sobre a discussão entre Meinong e Russell, apontando que ambas as teorias possuem um valor que está além de críticas de um lado e de outro. Faremos isso na tentativa de não alimentar certa estigmatização da teoria meinongeana, e também na tentativa de relacionar as críticas do Russell de 1905 às suas próprias teses que estavam em PoM.

Palavras-chave: Teoria das descrições. Teoria dos objetos. Bertrand Russell. Alexius Meinong.

ABSTRACT

References to the early 20th-century debate involving Alexius Meinong and Bertrand Russell are quite common. Each of the contenders contributed an extremely important work to the development of recent philosophical thought. On the one hand, we have Meinong's 1904 *On the Theory of Objects*, on the other, Russell's famous 1905 paper *On Denoting*. Thus, I shall here attempt to reconstruct the basic tenets of both the *theory of objects* and the rival *theory of descriptions*. In the first part of the article, I will present Meinong's theory of objects, along with some considerations on the influence of Brentano's school. In the second part, I shall focus on Russell's theory of descriptions, emphasizing its relation with the prior work *The Principles of Mathematics*, from 1903. In closing, I will present an evaluation of each of the theories, arguing that their merits outweigh the reciprocal criticisms. This is intended as to not contribute to the recurrent stigmatization of Meinong's theory, and also as an attempt to relate Russell's 1905 criticisms to his own theses in PoM.

Keywords: Theory of descriptions. Theory of objects. Bertrand Russell. Alexius Meinong.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A TEORIA DOS OBJETOS DE ALEXIUS MEINONG	11
2.1 APRESENTAÇÃO	11
2.2 A TEORIA DOS OBJETOS	15
2.3 COMENTÁRIOS À TEORIA DE MEINONG	20
3 DA DENOTAÇÃO: A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL	24
3.1 APRESENTAÇÃO	24
3.2 O ARTIGO DA DENOTAÇÃO	32
4 A CONTROVÉRSIA ENTRE RUSSELL E MEINONG	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, é comum encontrarmos referências envolvendo a disputa entre Alexius Meinong e Bertrand Russell que aconteceu logo no começo do século passado, principalmente entre 1904 e 1907. Sendo que, no centro da disputa, encontram-se duas obras de extrema importância para o desenvolvimento da filosofia até os dias de hoje. De um lado, temos, em 1904, a obra de Meinong intitulada *Sobre a teoria dos objetos*, e, de outro, em 1905, o famoso artigo de Russell *Da Denotação (On Denoting)*.

Neste período, Russell também estava empenhado em construções que superassem o famoso paradoxo das classes descoberto por ele em 1901, e que posteriormente levaria o seu nome, sendo chamado de *paradoxo de Russell*. Tais objetivos perpassam seu livro *The Principles of Mathematics (PoM)* de 1903 e desenvolvem-se até o seu *Principia Mathematica*, de 1913. O trabalho de 1903 seria entregue ao objetivo logicista, e isso implicaria em uma série de considerações filosóficas sobre a lógica e a matemática, muitas das quais seriam abandonadas no artigo de 1905. Porém, delinear quais noções foram abandonadas e quais mantidas é uma tarefa difícil, e ainda divide vários especialistas.

PoM sofre uma grande influência de escritos de Meinong, pois Russell, após um artigo de Meinong em *Mind* em 1899, passou a resenhar uma série de artigos desse filósofo. Mesmo a teoria de Meinong sendo desenvolvida plenamente em 1904, os escritos de Russell foram influenciados e culminaram na famosa tese, presente em PoM, de que todo *termo* ou, de forma mais abrangente, todo *objeto* deveria de alguma maneira ser. Russell, em 1903, e Meinong, em 1904, elaboram uma distinção muito parecida: Russell, entre *ser* e *existir*, e Meinong, entre *existência* e *subsistência*, acrescentando ainda que alguns objetos estão para além da questão de sua existência ou subsistência. Desta forma, todo *termo* poderia figurar como um sujeito lógico de uma proposição, e, conseqüentemente, esse sujeito deveria ter alguma espécie qualquer de *ser*.

Porém, a teoria dos objetos pareceria trazer algumas conseqüências que para Russell eram inaceitáveis. Conforme Haack (2002), Meinong acaba por admitir

[...] o discurso significativo sobre não-existentes, admitindo não apenas objetos reais, espaço-temporais, tais como objetos físicos e pessoas, e objetos subsistentes, não-espaço-temporais, tais como números e propriedades, mas também objetos não-existentes, não-subsistentes, e mesmo impossíveis, sendo todos, genuinamente, objetos. (p. 110).

As noções de Meinong são muito parecidas com as do Russell de 1903, sendo que o próprio Russell afirma, que até o momento em que chegou em sua *teoria das descrições* em 1905, a teoria de Meinong lhe parecia muito convincente e muito parecida com as suas próprias noções (RUSSELL, 1960).

Entretanto, essa relação amistosa entre os dois filósofos mudaria com a publicação do artigo russelliano em 1905, artigo esse que quase foi barrado pelo editor de *Mind* devido a sua complexidade. Russell defenderia aí a tese de que todas as expressões denotativas, ou ainda, todas as descrições não teriam nenhum sentido quando tomadas isoladamente. Isso acabaria com as consequências indesejadas causadas por PoM e pela teoria dos objetos.

Dito de outra forma, Meinong acaba por perceber que expressões como “o quadrado redondo não existe” deveriam necessariamente ser verdadeira¹. Entretanto, para isso “o quadrado redondo” necessitaria possuir alguma forma qualquer de *ser* para que dali pudesse afirmar verdadeiramente seu não-ser. Russell passa a entender que “o quadrado redondo” possui um significado quando não é tomado isoladamente, mas não tem nenhum compromisso em denotar alguma coisa, e, desta forma, não seria mais preciso admitir que estes objetos possuem alguma espécie de *ser*. Além disso, expressões contendo artigos definidos são diluídas em uma série de expressões que acabam por perder o compromisso com sujeitos gramaticais cuja existência seja duvidosa.

Comumente se tem a visão de que qualquer que seja a argumentação meinongeana, ela foi varrida para longe com as noções do artigo *Da Denotação*. Dificilmente se tem voltado ao próprio texto de Meinong, e isso contribui para que Meinong seja olhado como um filósofo derrotado pelas ideias de Russell. Todavia, ambos autores são muito mais complexos do que normalmente se imagina, sendo que a disputa entre ambos precisa ser revisitadas mais vezes, e é isso o que nosso trabalho se propõe.

Dada a importância do artigo *Da Denotação*, seja para a filosofia contemporânea e também para a discussão entre Russell e Meinong, ele será tomado como o ponto de partida da análise da relação entre os dois filósofos.

Porém, primeiro julgamos ser necessário reconstruir a teoria meinongeana e isso ocupará a primeira parte do nosso trabalho. Veremos, aí, como Meinong sofre influências de algumas noções centrais da escola de Brentano. Também reconstruiremos as noções centrais da teoria dos objetos, e faremos alguns comentários a algumas noções de Meinong.

¹ Tomamos aqui o exemplo mais radical na discussão. Muitos argumentam que Russell realmente se preocupa, em seu artigo, com os objetos como “a montanha dourada”, relacionando este exemplo com consequências que ele não aceitaria e que seriam oriundas de PoM e da teoria dos objetos.

A segunda parte do nosso trabalho será dedicada ao estudo do artigo de Russell. Veremos como Russell desenvolve algumas ideias em PoM, as quais se consideram parecidas com as de Meinong. Posteriormente, veremos como Russell constrói a sua teoria das descrições, apontando para a relação entre as suas teses e as teses presentes em Meinong e em PoM.

Por fim, faremos algumas considerações finais sobre a discussão entre Russell e Meinong, tomando como pressuposto que ambas as teorias possuem um valor que está além de críticas de um lado e de outro. Faremos isso na tentativa de não alimentar certa estigmatização da teoria meinongiana e, também, na tentativa de relacionar as críticas do Russell de 1905 às suas próprias teses que estavam em PoM.

2 A TEORIA DOS OBJETOS DE ALEXIUS MEINONG

2.1 APRESENTAÇÃO

Alexius Meinong foi um filósofo austríaco, que viveu entre 1853 e 1920, e que ganhou notoriedade após as críticas recebidas de Bertrand Russell no começo do século XX. De fato, muitos enunciados contidos em sua teoria dos objetos (*Gegenstandstheorie*), publicada em 1904, são paradoxais, como por exemplo, “há objetos a propósito dos quais se pode afirmar que não há tais objetos” (MEINONG, 2005, p.101). Mas segundo Chisholm (2011) “[...] ele estava bem consciente de que este enunciado de sua doutrina do *Aussersein* era desnecessariamente paradoxal” (p. 162).

Meinong, que foi, ao lado de E. Husserl (1859 – 1938), aluno de Franz Brentano (1838 – 1917), e herdou muitas teses dessa escola. A escola de Brentano foi a responsável por uma retomada na discussão sobre a relação e intermediação entre a linguagem e o mundo, elaborada através da famosa tese da intencionalidade da consciência, que assegura que todos os atos da consciência estão dirigidos para objetos (BRAIDA, 2009).

Brentano renoverá a questão do objeto ou da objetividade, [...] Brentano redescobre, com efeito, aquilo que se denomina a estrutura intencional de toda a consciência, ou mais exatamente a “inexistência intencional” do objeto, característica de toda a representação, na medida em que esta constitui, por outro lado o traço fundamental de todos os fenômenos psíquicos. (COURTINE, 2011, p. 190).

Meinong é envolvido nesta tentativa de justificar o estatuto destes objetos. “Brentano lega a sua escola ou aos seus discípulos um problema enorme, o do estatuto deste objeto ou de sua ‘objetividade’ específica” (COURTINE, 2011, p. 190).

Esse problema, o da justificação do estatuto desses objetos, surge naturalmente na medida em que a tese fundamental de Brentano é levantada. Pois,

[...] se os fenômenos psíquicos são aqueles que contêm intencionalmente neles um objeto, abstração feita do ponto de saber o que é realmente a existência do objeto, no mundo, ou fora da consciência, e se há representações sem objetos no sentido real e mundano da objetividade referencial, a questão de saber como fixar essencialmente e entitativamente este “objeto” se põe naturalmente. (COURTINE, 2011, p. 192).

Em Meinong permanece determinante a tese de que todo ato mental é uma representação ou é fundado sobre uma representação, haja vista que a representação ocupa o papel central no esquadramento das atividades psíquicas realizado por Brentano².

Falamos de uma apresentação sempre que algo aparece para nós. Quando vemos algo, uma cor é apresentada; quando ouvimos algo, um som; quando imaginamos algo, uma imagem de fantasia. Dada a generalidade com a qual usamos esse termo, pode-se dizer que é impossível para a atividade consciente se referir de qualquer maneira a algo que não é apresentado. (BRENTANO, 1995, p.153, tradução nossa).³

Consequentemente, isso permanece em Meinong, pois tanto Brentano quanto Meinong pretendem também atacar as teses desenvolvidas por Bernard Bolzano (1781-1848). Bolzano afirmava, contra as noções kantianas, que há representações que não representam nenhuma coisa, e afirmava também que a ciência usa de modo legítimo conceitos que não se aplicam a nada. Sua tese é de que expressões podem ser significativas apenas por estarem em uma frase que seja significativa, e que, consequentemente, expressam ideias e representações que não se aplicam a nenhuma espécie de objeto (BRAIDA, 2009, p. 27).

Conforme Courtine (2011) e outros tantos especialistas na escola brentaniana, é inegável que o movimento dessa escola se dava na tentativa de refutar Bolzano. Desta forma, tanto Meinong quanto também Twardowski herdaram o problema da explicação do estatuto de objetos que não possuem efetividade, pois, mesmo assim, ainda parece se tratar de “representações sem objetos”. Sobre Bolzano, Twardowski afirma, no texto *Para a doutrina do conteúdo e do objeto das representações* de 1894, que

Bolzano ensina que há representações sem objeto, quer dizer, representações que não têm nenhum objeto. Se alguém, pensa Bolzano, mantém que é absurdo sustentar que uma representação deve não ter nenhum objeto e portanto nada representar, isto se dá por que ele confunde o conteúdo da representação, que certamente, toda representação possui, com o objeto da representação. (TWARDOWSKI, 2005, p. 65).

Courtine (2011) elabora uma boa relação entre a teoria de Twardowski e a de Meinong. Segundo ele, o artigo de Twardowski faz progressos em teses da escola brentaniana, mas ainda deixa questões que só serão desenvolvidas plenamente em Meinong.

² A relação com os objetos se caracteriza por três atividades psíquicas: representações, juízo e movimento afetivo (COURTINE, 2011).

³ No original: “we speak of a presentation whenever something appears to us. When we see something, a color is presented; when we hear something, a sound; when we imagine something, a fantasy image. In view of the generality with which we use this term it can be said that it is impossible for conscious activity to refer in any way to something which is not presented”.

Kasimir Twardowski opera estritamente no âmbito psicológico, atenuando-se assim uma diferença fundamental entre ele e Meinong, pois este último está preocupado com o estatuto dos objetos também no âmbito metafísico.

À existência efetiva de um objeto, na medida em que ela forma o conteúdo de um juízo de reconhecimento, se opõe à existência fenomenal, intencional, desse objeto; ela consiste somente e unicamente no ser-representado. (TWARDOWSKI, 2005, p. 71).

A relação entre Twardowski e Meinong é muito bem expressa no artigo de Courtine, porém, não deixa de ser uma tentativa arriscada, reconhecida pelo próprio autor⁴, de relacionar os trabalhos meinongeanos de 1904 com os de Twardowski de 1894.

Ao sugerir aqui que as formulações de Twardowski podem ter contribuído de maneira decisiva para a posição da questão do objeto, e para a elaboração da *Teoria do objeto*, deve-se acrescentar logo que Twardowski barrou esta via [a de uma teoria do objeto puro], ao interpretar em sentido clássico psicológico o ser-representado ou o objeto *representado*. (COURTINE, 2011, p. 198, grifo do autor).

As ideias de Twardowski expressam o legado da escola de Brentano, ainda que a questão do objeto seja amplamente discutida somente em 1904 por Meinong. Para eles o objeto intencional é uma instância primeira da consciência. A consequência disso é que a questão de se o objeto existe realmente ou não perde importância. Logo, toda representação tem um objeto.

[...] o objeto intencional é primariamente um pensado ou representado, sendo indiferente se ele é real ou não, por conseguinte, trata-se de um “objeto” imanente à consciência representacional. Ou seja, para toda representação sempre há um objeto intencional, mesmo quando não possa haver um objeto real. Esse primado da representação fica claro noutro representante dessa escola, Alexius Meinong, para quem toda expressão nominativa, designativa ou referencial, seja um nome próprio, seja uma descrição definida, sempre expressa uma representação e designa um objeto. (BRAIDA, 2009, p. 31-32).

O próprio Meinong, no começo sua obra, alerta para a impossibilidade de que não se pode conhecer, julgar ou representar sem conhecer, julgar ou representar algo. Além disso, todas as atividades psíquicas estão orientadas a algo, até mesmo suposições, desejos e sentimentos. Diz Meinong que

⁴ “Certamente seria equivocado procurar uma filiação muito estreita entre Twardowski e Meinong, mas o que nós queremos sugerir é que a teoria dos objetos de Meinong responde às dificuldades levantadas e tematicamente explicitadas por Twardowski” (COURTINE, 2011, p. 193).

[...] mesmo aqueles que não compartilham a minha opinião – qual seja, que tantos os sentimentos quanto os desejos não são fatos psíquicos independentes, porque eles são representações a título da inelutável ‘pressuposição psicológica’ – concederão sem reservas que se goza de alguma coisa, que se interessa por alguma coisa e, ao menos na extrema maioria dos casos, que se não quer ou deseja sem querer ou desejar qualquer coisa, em suma, ninguém ignora que o processo psíquico tão frequentemente esteja de par com esta propriedade de ‘ser orientada para algo’ que se está bem perto de ver nisso um aspecto característico que distingue o que pertence ao psíquico do que não é da ordem psíquica. (MEINONG, 2005, p. 93).

A herança da escola de Brentano também é contrária à posição sobre a relação entre linguagem e mundo que está presente em John Stuart Mill. Mill advoga que *os nomes são nomes de coisas, não de nossas ideias*, ao contrário do que afirma Hobbes.

Os nomes são, mais propriamente, os nomes das coisas, ou os nomes de nossas ideias das coisas? A primeira dessas significações é a expressão de uso comum; a segunda é de alguns metafísicos que julgaram, adotando-a, estar introduzindo uma distinção sumamente importante. [...] Parece apropriado considerar uma palavra como o *nome* daquilo que pretendemos seja entendido através dela quando a usamos; daquilo que deve ser entendido de algum fato que afirmamos; daquilo, em suma, com respeito ao qual, quando empregamos a palavra, pretendemos informar. Os nomes, portanto, deverão sempre ser mencionados nesta obra como os nomes das próprias coisas e não meramente de nossas ideias das coisas. (MILL, 1984, p. 88, grifo do autor).

Surge, com Brentano, uma nova noção de relação entre linguagem, representações e mundo, diferenciando-se da interpretação de Mill, na qual a linguagem, com os nomes, perde suas relações com ideias, e alcança o mundo diretamente operando mais ou menos como uma espécie de ferramenta.

Grosso modo, é este o quadro com o qual Meinong se depara, ou seja, é um problema em relação aos objetos. Objetos, que devem ser tomados em sua totalidade, e que a tradição filosófica negligenciou. Pois os objetos são, na visão de Meinong, muito mais do que o que simplesmente aparece, ou seja, dos que são efetivos. Nesta perspectiva, a *Gegenstandstheorie* é mais ampla e complexa do que a metafísica ou ontologia; inclusive ela surge como substituta destas duas disciplinas filosóficas pois consegue tratar da totalidade dos objetos, sejam eles efetivos ou não.

A teoria do objeto será a substituta da metafísica ou, mais precisamente, da ontologia, mesmo se a substituta aqui invocada [um pouco antes, em 1894] por Twardowski está seguramente ainda muito desgastada e embrionária em relação ao desenvolvimento complexo e sutil da *Gegenstandstheorie* (1904) onde Meinong procura com muito mais precisão distinguir teoria do objeto e ontologia, e a situar a ontologia mesma [...] como um setor delimitado em relação a uma consideração muito mais compreensiva do *Gegenstand* e de seus modos. (COURTINE, 2011, p. 202).

É a partir daí que surge a famosa passagem de Meinong sobre o preconceito de toda a metafísica tradicional a favor do efetivo, do real, esquecendo de que a totalidade dos objetos vai muito além do que os que simplesmente aparecem. Trataremos sobre isso na próxima seção do nosso trabalho, na qual também analisaremos o próprio texto de Meinong.

2.2 A TEORIA DOS OBJETOS

Como dito anteriormente, Meinong começa a sua obra com a afirmação de que não se pode conhecer sem que se conheça algo. Desta forma, os processos psíquicos, constantemente, são “orientados para algo”, acarretando em uma divisão entre o que é psíquico e o que não é da ordem psíquica.

Neste sentido, ele propôs uma teoria dos objetos tomada em sua totalidade, ou seja, como espécie de uma substituta da metafísica tradicional, que é acusada, por Meinong, de recuar diante de objetos que não possuem a existência efetiva, ou ainda, que não se podem dizer que existem (*existieren*). Desta forma, a proposta de Meinong é de tomar os objetos em sua totalidade, sejam eles efetivos, ou enquanto subsistentes – que subsistem (*bestehen*) –, pois a metafísica tradicional ignorou a totalidade dos objetos do conhecimento, ao negar o tratamento aos objetos que subsistem.

A metafísica lida, sem dúvida, com a totalidade do que existe. Mas, a totalidade do que existe, incluindo aí o que existiu e o que existirá, é infinitamente pequena em relação a totalidade dos objetos do conhecimento; e que se tenha negligenciado isto tão facilmente tem, bem entendido, o seu fundamento no fato que o interesse vivo pelo efetivo, que está em nossa natureza, favorece esse excesso que consiste em tratar o não-efetivo como um simples nada. (MEINONG, 2005, p. 96).

O pré-juízo a favor do efetivo, proporcionado pela metafísica tradicional, prejudica, a rigor, além dos objetos ideais, até mesmo os pilares de toda a matemática, na medida em que esta se constitui basicamente de entidades abstratas. Acarretando que uma teoria que guarde a busca pela totalidade das ciências entraria em grandes dificuldades e poderia ser levada a atribuir, erroneamente, nenhuma espécie de direito às matemáticas. A consequência direta desta proposta de Meinong é de que os objetos do conhecimento que ele procura não precisam necessariamente ser efetivos; desta forma, uma teoria do objeto teria que tratar não somente aquilo que existe, mas também aquilo que subsiste.

Meinong elabora uma distinção importante, dizendo que em relação às coisas mesmas pode-se dizer que algumas coisas possuem *sein*, i.e., são efetivas. Enquanto as que não são efetivas, mesmo assim, possuem as características que lhe são próprias, ou seja, possuem *sosein*. Como, por exemplo, o círculo quadrado que possuí, necessariamente, as propriedades de ser círculo e quadrado, mas que não possui efetividade alguma. A questão central é que os objetos que possuem *sosein* contraditórios, não terão efetividade enquanto *sein*. De uma maneira que os *sosein* são independentes de seu *sein*. Nisso estava o erro do pré-juízo metafísico, pois afirmam que não se pode falar ou ter juízos, de um ser-tal (*sosein*), senão pressupondo um ser (*sein*). O autor traz o exemplo da geometria, cujas figuras não têm ser (*sein*), mas as suas propriedades e características (*sosein*) podem ser facilmente constatadas (MEINONG, 2005 p. 100). Em se tratando de coisas que são conhecíveis apenas *a posteriori*, é claro que a afirmação meinongiana parece não se efetivar, pois para os objetos físicos, dependentes de conhecimento *a posteriori*, é evidente que seu *sosein* está dependente de seu *sein*. Além disso, neste contexto os objetos de *sosein* independente de *sein* parecem ser desprovidos de importância. Mas isso não afeta em nada a tese da independência levantada por Meinong⁵, que assevera que o ser-tal (*sosein*) não sofre nenhuma consequência ou interdito se o objeto possui ser (*sein*) ou não (MEINONG, 2005, p. 100).

A tese da independência do *sein* em relação ao *sosein* nos permite compreender o seguinte trecho meinongiano:

[...] decorrem deste princípio [o da independência] não apenas os objetos que não tem existência de fato, mas também aqueles que não podem existir porque são impossíveis. Não apenas a célebre montanha dourada é de ouro como o círculo quadrado certamente é tanto quadrado quanto é redondo. (MEINONG, 2005, p. 100).

Segundo ele, a tese vale não somente para os objetos que não possuem efetividade, mas também vale para aqueles impossíveis. O ser-tal (*sosein*) dos impossíveis é independente de seu ser (*sein*). Daí decorre que “a montanha dourada” de fato possui a característica de ser montanha e ser dourada⁶, e o círculo quadrado é tanto quadrado como também redondo, e o que parece ser mais espantoso é que de alguma maneira eles possuem *ser*. Posteriormente, Meinong comenta que acerca destes objetos, excepcionalmente se registram conhecimento de

⁵ A tese da independência do ser-tal em relação ao ser foi afirmada pela primeira vez por Ernest Mally, aluno de Meinong.

⁶ A rigor, a “montanha de ouro” pode ser encarada como um possível, pois não possui seu *sosein* contraditório que obstrui o seu *sein*. Caso diferente é o do “quadrado-redondo”, que por possuir *sosein* contraditório o seu *sein* se torna impossível.

efetiva importância. Dito de outra forma, círculos quadrados não registram conhecimentos de importância, porém, contribuem para os domínios onde o conhecimento é, em grande medida, digno (MEINONG, 2005, p.100).

Meinong chama os objetos dos juízos de objetivos (*objektive*), de maneira que todos os juízos devem possuir algum objetivo como objeto e, ademais, todos os objetivos subsistem. Esses objetivos podem ser de juízos de *ser* (objetivo-de-ser), quando a coisa existe, ou objetivo-de-ser-tal quando este objeto só possui um *sosein*, seja porque não está efetivo, ou seja porque é impossível. Logo, dos objetivos Meinong assevera que para afirmar que um círculo quadrado não existe, obriga-se a fazer um juízo sobre o tal círculo quadrado. Desta forma, até os objetivos-de-não-ser fornecem uma espécie de *ser*, ou seja, um não existente qualquer deve em alguma maneira *ser*, para fornecer um objeto (*Gegenstand*), em relação a representação ao menos, para que os juízos apreendam o seu *não-ser*.

[...] um não-existente qualquer deve ser em alguma medida para fornecer um objeto, ao menos, para os juízos que apreendem o seu não-ser. Agora, é completamente inessencial se este não-ser é necessário ou fatural [...]. Para reconhecer que não há círculo quadrado, eu sou obrigado a fazer um juízo sobre o círculo quadrado. (MEINONG, 2005, p. 101).

Dito de outra forma, Meinong afirma que todos os objetos dos juízos, ou seja, os objetivos (*objektive*) devem possuir uma espécie de *ser*, sejam eles existentes ou subsistentes, e até mesmo impossíveis. Os juízos tem a necessidade de constituírem-se sempre sobre algum *ser*, ou no mínimo sobre algum objetivo-de-ser-tal. E esse objetivo, por sua vez, também é um objeto, e pode ser tomado como sempre subsistindo. Neste caso, o objetivo (*objektiv*), e consequentemente os objetivos-de-ser e os objetivos-de-ser-tal, podem ser considerados como uma espécie de “objeto de ordem superior [sendo que] as matemáticas (o número, a figura geométrica, etc.) pertencerão também à teoria geral do objeto” (COURTINE, 2011, p. 206). É desta forma que a teoria do objeto de Meinong supera o preconceito metafísico.

Todavia, lembrando a afirmação do começo do texto, pode-se dizer que a consequência a que o autor chega constitui-se em uma conclusão paradoxal, admitida até mesmo por ele, “[...] quem gosta de paradoxos pode muito bem dizer: há objetos a propósito dos quais se pode afirmar que não há tais objetos” (MEINONG, 2005, p. 101). Porém, no § 4 ele oferece uma resolução ao paradoxo e que é conhecida como a teoria do *Aussersein*, ou seja, uma teoria acerca dos objetos que estão para além do ser e do não-ser.

Logo no começo do § 4, a afirmação é de que muitos, na tentativa de neutralizar o paradoxo, acabam recorrendo a certos objetos das representações, chamados por Meinong de

objekt, já justificativo do ser dos não-existentes. Mas a proposta de Meinong é ainda mais radical, pois concretiza que a tese da não-existência remete também a um objeto, indo além de objetos de representações (*objekt*).

Dito de outro modo mais preciso, se eu afirmo que “o azul não existe”, eu não penso, então, em uma representação nem em suas eventuais faculdades, mas sempre no azul. Tudo se passa como se o azul tivesse antes de ser, afim de que se possa levantar a questão de seu ser ou de ser não-ser. [...] o azul e todo outro objeto é de algum modo dado antes de nossa decisão quanto ao seu ser ou não-ser, de uma maneira que também não pré-julga o seu não-ser. (MEINONG, 2005, p. 102).

Se se afirma um juízo “Pégaso não existe”, poderíamos aceitar que Pégaso é um objeto da representação. Mas o objetivo (*objektiv*) do juízo teria que ir além da representação.

Além de toda a complexidade deste parágrafo, o que predomina na preocupação da argumentação de Meinong é sobre os objetos que possuem características contraditórias, como o círculo quadrado. Vimos anteriormente que, através da tese da separabilidade, o *sosein* de objetos contraditórios não tem relação alguma com o seu *sein*. Assim, a questão central é que os *sosein*, ou ainda os objetivos, sejam eles objetivos-de-ser ou objetivos-de-não-ser, também são objetos, aí o *ser* deles deve ter um sentido qualquer. Pois, entre os objetivos-de-ser, estão aqueles que são efetivos, já os objetivos-de-não-ser a análise é mais complicada, pois se eles não têm ser, isso diz que eles não existem. Ora, uns não existem, mas são possíveis, como a “montanha dourada”, habitando, portanto, o reino da subsistência. Porém, a dificuldade de Meinong é sobre os que possuem *sosein* contraditórios, como o “círculo quadrado”⁷, pois estes são impossíveis, logo não existem efetivamente. Mas poderiam eles então subsistir, no mesmo plano dos objetos possíveis, mas não efetivados, ou ainda, o que parece pior, subsistiriam eles, os impossíveis, do mesmo modo como com os objetos da matemática?

A consequência direta disso é que a subsistência e a existência não dão conta da explicação desse ponto. Pois, se o objetivo é um objetivo-de-não-ser não se pode afirmar que ele existe, já que se ele for um juízo possível, o seu objetivo poderia ao menos subsistir, como no exemplo da montanha dourada, que não existe, mas que não é impossível. O problema maior é se o juízo for contraditório, pois os objetivos destes juízos nos remetem a um tipo de *ser*, mas este *ser* mesmo não podemos considerá-lo nem existente nem subsistente, pois se trata de objetos contraditórios, impossíveis. Se se justificasse o ser do objetivo, apenas com

⁷ Vale lembrar que como se trata de juízos, ou seja, de objetivos, há juízos que podem conter coisas possíveis, mas que são totalmente contraditórios, como por exemplo “a montanha dourada que não é montanha e não é dourada”, que trata-se de um juízo contraditório.

estes recursos, cair-se-ia no desconforto de afirmar que contradições subsistiriam na mesma medida que as afirmações matemáticas. Ora, desta maneira Meinong acaba postulando a tese do *aussersein*, ou seja, a tese do extra-ser, para além de ser ou não ser, o campo do objeto puro desprovido de qualquer *seridade*⁸, e que permitirá o juízo sobre os objetos duvidosos e contraditórios.

Vale lembrar que esta passagem do texto de Meinong é extensa e difícil. Por isso, vale a pena citá-la em sua integridade.

Que um certo A não é, brevemente, que o não-ser de A é, como eu mostrei em outro lugar, ou que um objetivo é, como o ser de A: eu estou justificado assim em afirmar tanto que A não é, assim como o objetivo “não-ser de A” advém um ser (mais precisamente, como se disse mais acima, uma subsistência). O objetivo, pouco importa que se trate de um objetivo-de-ser ou de um objetivo-de-não-ser, está em face de sua objetividade (Objekte), *cum grano salis*, na mesma relação que o todo face à parte. Mas, certamente se o todo é, a parte deverá também ser, o que, transposto para o caso do objetivo, parece significar: se o objetivo é, o seu objeto deve também necessariamente ser em um sentido qualquer, mesmo no caso em que este objetivo é um objetivo-de-não-ser. Mas, na medida em que, por outro lado, o objetivo interdiz precisamente de se considerar o nosso A como sendo, e considerando-se que, como nós vimos, o ser seja tomado conforme o caso não somente no sentido de existência, mas também no sentido de subsistência, a exigência, deduzida mais acima do ser de um objetivo-de-não-ser, de um ser do objeto parece ter sentido apenas se se tratar de um ser que não seria nem existência nem subsistência, sob a condição de que se integre aos dois níveis de ser, se se pode exprimir assim, existência e subsistência, um tipo de terceiro nível. Este ser deveria advir a todo objeto enquanto tal: a ele não pode corresponder um não-ser do mesmo tipo, pois um não-ser nesse novo sentido teria imediatamente por consequência necessária as mesmas dificuldades que aquelas que implica o não-ser no sentido habitual. (MEINONG, 2005, p. 102-103).

A formulação meinongiana é uma extensão da tese da independência. O *sosein*, por sua independência do *sein*, adere ao objeto, quer este seja ou não seja, aí a doutrina do objeto-puro estaria justificando os objetivos-de-não-ser. Ou seja, a oposição entre ser e não-ser é apenas um problema do objetivo. Círculo quadrado implica a certeza de seu não-ser, e uma relação entre A e B na sua não-existência em si. E, haja vista que o objetivo é em alguma medida subsistente, o ser deste objetivo, dos casos impossíveis, reside fora-do-ser (MEINONG, 2011). Vale lembrar o postulado de Meinong que afirma que com este ser-puro não se relaciona nenhuma espécie de não-ser-puro, o que, caso contrário, acarretaria em um regresso sem fim. No fim só existe a certeza do objeto-puro. Evitando o regresso ao infinito, Meinong tenta diluir a afirmação paradoxal de que há coisas que não existem. Ora, o ser dos objetos dos objetivos dos juízos contraditórios é participante do objeto-puro que, conseqüentemente, está fora-do-ser (*aussersein*). Nesta medida, mesmo os círculos quadrados

⁸ A expressão é de Courtine (2011).

não são inteiramente um nada absoluto, para eles cabem ao mesmo este “fora-do-ser”, que, a rigor, não pode ser recusado a nenhum objeto, pois até os mais estranhos habitam o extra-ser (COURTINE, 2011).

2.3 COMENTÁRIOS À TEORIA DE MEINONG

Em virtude da influência da interpretação de Russell à filosofia de Meinong, este recebe frequentemente leituras não muito aprofundadas, que apenas tornam as suas teses mais emblemáticas. Nesta seção, queremos esboçar alguns comentários à teoria do objeto de Meinong, tanto na tentativa de clarificá-la, quanto na tentativa de apresentar algumas defesas da tese meinongeana.

Muitas das leituras comumente acreditam que a doutrina expressa por Meinong é um tanto quanto absurda, e independentemente de seus pressupostos ela deveria ser combatida. Porém, já há algumas décadas, este quadro está mudando, justamente na medida em que surgem novos estudos sobre Meinong, tais como os estudos de Roderick Chisholm (2011), por exemplo, que tem sugerido uma leitura possível de Meinong, evitando cair na crítica comumente levantada a este filósofo.

Segundo Chisholm (2011, p. 162), a tese fundamental de Meinong é a de que há objetos que não existem, e que objetos tais que *não* há tais objetos são constituído, de algum modo, podendo, por sua vez, serem sujeitos de predicacões verdadeiras. Este ponto é legítimo na medida em que Meinong afirmava que para podermos afirmar “o círculo quadrado não existe”, deveríamos antes ter alguma coisa que nos permitisse afirmar o *ser* do não-ser do círculo quadrado. Isso tornaria verdadeira tal afirmação, visto que realmente é impossível um círculo quadrado existir.

Acerca da existência de coisas que não são efetivas, a metafísica tradicional já se pronunciava, justamente porque entendia que objetos ideais e objetos da matemática, por exemplo, não existem em caráter efetivo, mas possuem algo como uma espécie de subsistência. Outra tese meinongeana é a tese do *aussersein*, que traz a seu rol justamente aqueles objetos esquecidos pela metafísica tradicional, os objetos além da existência e da subsistência, aquelas coisas que necessariamente não possuem existência. Justifica-se assim a pretensão de aumentar o escopo dos estudos da metafísica tradicional.

Destaca-se que dentre os objetos, uns existem e outros não existem. Cavalos e mesas são exemplo dos primeiros, e montanha de ouro e círculos quadrados são exemplos do

segundo. Ainda entre os que não existem, alguns se pode dizer que subsistem, como os objetos ideais e matemáticos, e de outros se pode dizer que não são absolutamente, como os círculos quadrados. Estão fora do espaço-tempo, os objetos da matemática, os ideais e também aquele que Meinong denomina de *objektiv*, levantados quando se formula um juízo, ou ainda, estão fora do espaço-tempo os estados de coisas ou objetivos. Os objetivos não estão presentes na efetividade, e “isso vale para todos os objetivos, de tal modo que todo o conhecimento que tenha por objeto (*Gegenstand*), de tal modo objetivo (*objektiv*), representa igualmente um caso de conhecimento de um não-existente” (MEINONG, 2005, p. 98). Logo, se existência é pensada espaço-temporalmente, há objetos que não existem.

Dito de outra forma, e em termos de objetivos, desde que há cavalos, há também: o ser de cavalos; o ser do ser de cavalos; o não-ser do não-ser de cavalos; e o ser do não-ser do não-ser-ser de cavalos. E desde que não há unicórnios, há também: o não-ser de unicórnios; o ser do não-ser de unicórnios; o não-ser do ser de unicórnios; e o não-ser do não-ser de unicórnios. Porém, mesmo podendo dizer que todo objeto se possa dizer ser alguma coisa, não podemos dizer corretamente ser de todo o objeto (CHISHOLM, 2011, p. 164).

Outra característica importante e central na teoria dos objetos é a tese formulada por Mally e defendida por Meinong, que é a tese da independência do *sosein* em relação ao *sein*. “[...] todo objeto, claramente, tem as características que ele tem, quer ele tenha ou não qualquer tipo de ser” (CHISHOLM, 2011, p. 164). Desta forma, o círculo quadrado, tem necessariamente as características de ser círculo e de ser quadrado, e isso configura-se naquela gama de objetos que são impossíveis, mas que mesmo assim ainda são objetos, possuindo alguma forma qualquer de ser. Já os objetos possíveis têm *sosein* não-contraditórios, e isso não obstrui a possibilidade de seu ser (*sein*). Montanha de ouro, por exemplo, não tem nenhum tipo de efetividade, mas é um objeto possível na medida em que seu *sosein* não obstrui o seu *sein*. Por outro lado, “montanha de ouro que não é montanha e nem é de ouro”, possui seu *sein* obstruído, sendo, conseqüentemente, um objeto impossível, quando seu *sosein* é contraditório (CHISHOLM, 2005, p. 165-166).

É justamente no trato de objetos contraditórios que se encontra toda a importância do trabalho meinongeano.

O princípio de independência do ser-tal não encontra sua verdadeira importância senão quando ele se aplica não apenas aos objetos possíveis, mas também aos *impossibilia*, uma vez que o ser-tal de um objeto não é afetado por seu não-ser (*nichtsein*), ou melhor, que o não-ente (*nichtseiendes*) procure, ao julgar que o apreende, seu não-ser. (COURTINE, 2011, p. 208).

A isso Meinong acrescenta a independência do objeto em relação ao seu ser, que é a tese do *aussersein*. É, como dito anteriormente, a impossibilidade de não se poder dizer de todo o objeto que ele é não-ser. Logo, *tudo* é digno de se chamar objeto, que pode às vezes ser objeto de representação, inclusive o não-ser. Porém, figura um erro acrescentar que Meinong atribui uma extrema importância às representações nesse caso. A argumentação de Meinong é no sentido de que a tese da não-existência não remete somente a representações, mas também a um objeto *objetivo*. Se puder julgar que uma coisa não é, tem-se a necessidade de aprender uma primeira vez este objeto para poder dizer que ele não é. Ora, este último vestígio de *ser* dos objetos está relacionado com o objeto-puro, situado além da fronteira da questão de sua existência ou subsistência. E, a este objeto puro, não lhe cabe dizer que está em alguma relação com o que não é, não poderíamos associá-lo a uma espécie de não-ser do objeto puro sob risco de regresso ao infinito. Logo, o objeto puro está além de ser ou de não ser.

Atribuir-se-á, portanto, ao objeto puro, senão uma terceira ordem de ser, ao menos um estatuto próprio que não será nem a existência, nem a subsistência, mas justamente o *aussersein*. Mesmo os objetos singulares do tipo “círculo quadrado” não são inteiramente um nada absoluto, a eles cabe pelo menos este “fora-do-ser” que, a título de resto último do caráter posicional, não pode ser recusado a nenhum objeto. (COURTINE, 2011, p. 214).

Chega-se a esta conclusão, porque não poderia dizer que os objetivo-de-ser, ou os objetivo-de-não-ser simplesmente existem ou subsistem. Sabe-se que os objetivos, derivados dos juízos, não existem à igual maneira que as cadeiras. Cabe a eles o status de subsistência, visto que são os estados de coisas sobre as nossas afirmações. Mas isso aplica-se somente aos objetivos que relacionam com as coisas efetivas. Dito de outra forma, que são, de alguma maneira, objetivos-de-ser⁹. O caso é diferente quando Meinong analisa os objetivos-de-não-ser. Aí ocorre uma divisão entre aqueles objetos possíveis e aqueles impossíveis. Sendo que os possíveis estariam também no reino da subsistência, mas os impossíveis não se pode dizer que existem nem que subsistem. Neste sentido, Meinong se encontra no caminho de postular uma terceira via, que está para além da existência e da subsistência. A tese do *aussersein* foi alvo de críticas, principalmente por parte de Russell, que derivava contradições da tese de Meinong, por exemplo, ao analisar enunciados como “o existente quadrado redondo não existe”. Pois, observadas as ideias meinongeanas, tal objeto deveria ser quadrado, ser redondo, existir sendo que não possuía nem existência e nem subsistência. Nesta perspectiva,

⁹ Ou no máximo a objetivos-de-não-ser que são possíveis, ou seja, que não possuem seu *sein* obstruído pelo seu *sosein*.

como veremos posteriormente, Russell considerou, após o artigo *Da Denotação* (1905), que a doutrina de Meinong deveria ser evitada.

3 DA DENOTAÇÃO: A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DE RUSSELL

3.1 APRESENTAÇÃO

Bertrand Russell (1872 – 1970) considera que uma das suas maiores contribuições à filosofia foi a teoria das descrições, desenvolvida explicitamente no artigo *Da Denotação* (*On Denoting*) publicado em 1905. O relato é do próprio autor, mas há divergências em pesquisadores em saber se a teoria surge realmente apenas nesse artigo, ou se alguns traços de tal teoria já podem ser evidenciados, mesmo que indiretamente, na obra *The Principles of Mathematics* de 1903 (PoM).

De maneira geral, em PoM, a preocupação central de Russell é com uma defesa do logicismo, ou seja, um projeto que visava reduzir a matemática à lógica, afirmando que a matemática e a lógica formal não se distinguem. Porém, ele não pretendia deixar de lado questões filosóficas. Então, nessa obra surgem várias noções acerca de ontologia e epistemologia, além de todas as ligações disso com lógica e linguagem.

Conforme Almeida (1998),

Russell [...] refere-se a suas pretensões como consistindo no engajamento de duas tarefas. Em primeiro lugar, segundo ele, esse texto estaria dedicado à imediata e cabal legitimação da tese logicista. Em segundo lugar, pretendia encetar uma investigação [filosófica] destinada a promover a restauração dos fundamentos da lógica. (p. 76).

Antes de tomarmos alguns conceitos que Russell trabalha em 1903, devemos atentar para um fato histórico relevante. O volumoso projeto de Russell *The Principles of Mathematics* é publicado em 1903, ou seja, um ano antes da publicação da teoria dos objetos de Meinong. Já o artigo *Da Denotação* é de 1905. Desta forma, a mudança conceitual do primeiro Russell, o de 1903, e o do segundo de 1905, é uma mudança que ocorre em apenas dois anos¹⁰. Isso pode evidenciar a influência que a publicação de Meinong em 1904 acarreta no pensamento russelliano. A mudança pode ser considerada uma mudança radical, haja vista que desde o primeiro contato com escritos de Meinong, em 1899, Russell sempre expressou a sua admiração e simpatia pelas ideias meinongeanas. Simons (1992) relata que o primeiro contato entre Russell e Meinong ocorreu pelo fato de que Russell foi convidado pelo editor de *Mind*, por volta de 1899, a resenhar um trabalho meinongeano.

¹⁰ Meinong já havia ventilado em outros artigos, antes de 1904, as teses que ocupariam a centro das atenções da sua teoria de objetos.

Voltemos à discussão sobre PoM. Esta obra não foi escrita em caráter linear e definitivo. Um primeiro manuscrito teria sido redigido entre 1899 e 1900, e várias noções sofreram alterações até que a versão final fosse publicada. Entre as mudanças, está a descobertas, em meados de 1901, do paradoxo das classes, conhecido como “paradoxo de Russell”, que teve um tratamento em PoM, mas que continuaria sendo uma preocupação de fundo em quase todos os seus escritos posteriores¹¹.

Além de todas as preocupações acerca da Lógica e da Matemática, em PoM Russell, junto a Moore, tentava desenvolver outra via ao idealismo defendido nas terras inglesas por Bradley¹². Russell, influenciado por Moore, é levado a considerar que as proposições, tanto as verdadeiras quanto as falsas, são entidades objetivas, porém elas não existem espaço-temporalmente, logo, de alguma forma, são entidades abstratas que subsistem.

Russell aceita uma distinção entre *ser* e *existir*, ao menos em PoM. A formulação desta distinção é muito parecida com a meinongiana, entre *existência* e *subsistência*. A preocupação de Russell também é relacionada com a matemática justamente na medida em que as verdades destas não são efetivas na realidade. Elas não possuem a existência espaço-temporal. Desta forma, o âmbito do ser é maior do que a existência entendida espaço-temporalmente.

Ser es lo que pertenece a todo término concebible, a todo objeto o pensamiento posible (abreviando, a todo lo que puede ocurrir en cualquier proposición verdadera o falsa, y a todas tales proposiciones mismas). El ser pertenece a todo lo que puede contarse. Si *A* es cualquier término que pueda contarse como uno, es evidente que *A* es algo, y por lo tanto *A* es. “*A* no es” debe ser siempre falso o carecer de sentido. Pues si *A* fuese nada, no podría decirse que no es; “*A* no es” implica que existe un término *A* cuyo ser se niega, y por lo tanto que *A* es. Así que a menos de que “*A* no es” sea un sonido vacío carente de sentido, debe ser falso – cualquier que sea *A*, evidentemente es. Los números, los dioses homéricos, las relaciones, quimeras y espacios retradimensionales, todos tienen ser, pues si no fuesen entidades de un tipo

¹¹ Uma descrição simples do paradoxo pode ser encontrada em *Meu Pensamento Filosófico* (1990), onde ele escreve o seguinte: “Fui levado a essa contradição ao considerar a prova de Cantor de que não existe o maior número cardinal. Eu pensava, em minha inocência, que o número de todas as coisas que existe no mundo devia ser o maior número possível, e apliquei a prova de Cantor a esse número para ver o que acontecia. Esse processo me conduziu à consideração de uma classe muito peculiar. Pensando de acordo com as ideias que até então me haviam parecido adequadas, parecia-me que uma classe às vezes é, às vezes não é um membro de si própria. A classe de colherinhas de chá, por exemplo, não é outra colherinha, mas a classe de coisas que não são colherinhas é uma das coisas que não são colherinhas. Parecia haver casos que não são negativos: a classe de todas as classes, por exemplo, é uma classe. A aplicação do argumento de Cantor levou-me a considerar as classes que não são membros de si próprias – sendo que estas, parecia-me, deviam formar uma classe. Perguntei a mim mesmo se esta classe é ou não é um membro de si própria. Se é um membro de si própria, deve possuir a propriedade definidora de classe, que não deve ser um membro de si própria. Se não é um membro de si própria, não deve possuir a propriedade definidora da classe, devendo ser, por conseguinte, um membro de si própria. Assim cada alternativa conduz ao seu oposto, e há uma contradição” (RUSSELL, 1960, p. 60-61).

¹² Basicamente 3 teses do idealismo eram atacadas por eles. I) A internalidade das relações. II) A análise sujeito-predicado, que apenas dava substancialidade ao sujeito, além de ignorar verbos que expressam relações. III) E a tese da natureza mental ou psicológica do conhecimento (SILVA, 2008, p. 12).

no podríamos formular proposiciones respecto a ellas. Así el ser es um atributo general de todo, y mencionar algo es mostrar que es. (RUSSELL, 1948, § 427, p. 549).

A partir daí nos surge outro conceito que é central na filosofia de Russell, que é *termo*¹³. Este é o constituinte último do mundo, e seu escopo metafísico é o mais abrangente possível, e tudo o que pode ser pensado e mencionado é um *termo*, que, por sua vez, não podem ser considerados nem psicológicos e nem linguísticos, mas que são os já mencionados constituintes do mundo, tendo garantido o seu status de *ser*, ou ainda, que *é* em algum sentido qualquer.

Llamaremos *término* a todo lo que pueda ser objeto de pensamiento, o que pueda figurar en cualquier proposición falsa o verdadera, o que puede contarse como *uno*. Por lo tanto ésta resulta ser la palabra más amplia del vocabulario filosófico. Usaré como sinónimo de la misma las palabras unidad, individuo, y entidade. (RUSSELL, 1948, § 47, p. 77-78).

Além disso, todos os *termos* podem ser possivelmente sujeitos lógicos de uma proposição, de maneira que todo o constituinte de uma proposição pode se tornar seu sujeito lógico. Se isso não ocorresse, gerar-se-iam contradições na medida em que ele seria um sujeito lógico de uma proposição que afirmaria que ele não poderia ser um sujeito lógico de uma proposição (SILVA, 2008, p. 17).

Logo adiante, Russell afirma que todos os *termos* podem ser *coisas* ou *conceitos*, de maneira que “las primeras son los términos indicados por los nombres propios, los últimos los indicados por todas las demás palabras” (RUSSELL, 1948, § 48, p.78). E tanto *coisas* como *conceitos* poderiam ser o sujeito lógico das proposições, sendo que os conceitos ainda poderiam alterar-se entre a posição de sujeito e de predicados. Tal característica, a análise comum da forma sujeito-predicado não concederia¹⁴, o que acabaria por tornar esta rejeitada por parte de Russell.

Ao conceber que, do mesmo modo que as coisas, os conceitos também são constituintes das proposições, podendo ser os seus sujeitos lógicos, Russell adota a tese de que os conceitos não são menos substanciais ou auto-subsistentes do que as coisas, pois possuem um ser próprio distinto dos objetos de que predicam (quando são predicados) ou dos objetos que relacionam (quando são relações). [...] Russell rejeita a tese de que todas as proposições são redutíveis à estrutura sujeito-predicado, em que apenas o sujeito é um termo, enquanto o predicado não é um

¹³ Cintra (2007) aponta para uma ambiguidade de “termo”. Ora usado para falar de qualquer componente das proposições; ora usado em oposição ao predicado da proposição, referindo-se apenas ao sujeito lógico da proposição.

¹⁴ Neste modo de análise proposições que expressam relações também não são possíveis de análise satisfatória.

termo, não tendo realidade externa ou substância, por estar de algum modo contido no sujeito de que predica. (SILVA, 2008, p. 19).

A maioria das teses levantadas por Russell em PoM tem raízes ontológicas e epistemológicas, como é o caso de toda a sua semântica, que afirma existir uma relação entre fatos e proposições. Desta forma, as proposições verdadeiras, por serem constituídas justamente pelas próprias coisas do mundo, não se diferenciam de fatos desse mundo, haja vista que proposições não podem conter como suas partes entidades linguísticas. (SILVA, 2008, p. 20-21).

Russell considerou por muito tempo a linguagem como um meio transparente, e que não forneceria maiores dificuldades à filosofia. Haveria uma relação muito próxima entre as palavras das sentenças, e as proposições e seus constituintes, de maneira que as sentenças indicariam muito fielmente as proposições, que como dito anteriormente, remetem sempre a termos¹⁵ (CINTRA, 2007, p. 41).

Sobre a relação entre a proposição e o mundo, Russell afirma que, sendo os nomes e conceitos os elementos linguísticos mais simples, que combinados formam complexos linguísticos ou sentenças, eles, nomes, são linguísticos, mas expressam *termos*, que como vimos, não são linguísticos e são as próprias entidades (SILVA, 2008, p. 22). Desta mesma forma, as sentenças são linguísticas e expressam proposições que são objetivas. As proposições passam a ter as mesmas características dos termos.

[...] da mesma forma que os termos, as proposições também são entidades objetivas abstratas, exteriores e independentes da mente, que podem ser diretamente conhecidas pelo ser humano. No caso dos termos, temos “acquaintance” com eles quando os apreendemos pela percepção sensível ou pelo pensamento abstrato; e no caso das proposições, temos “acquaintance” com elas quando as compreendemos, mesmo sem julgarmos seu valor de verdade. (SILVA, 2008, p. 22).

Uma consequência muito interessante para os nossos propósitos é que, sendo as proposições entidades objetivas formadas por termos que expressam as próprias entidades do mundo, como é possível uma proposição falsa? Um dos argumentos lançados por Russell é a distinção, já conhecida, entre *ser* e *existência*. As proposições falsas ainda possuiriam uma espécie última de ser. Segundo Silva (2008, p. 24), Russell não esteve muito preocupado, em PoM, com uma teoria explícita da verdade. Há certa relação entre verdade e proposição que já pressupõe uma espécie de garantia de ser desta proposição e esta relação diferenciaria as

¹⁵ O próprio Russell expressa essa posição, “foi em 1918 [...] que primeiro me interessei pela [...] relação entre linguagem e os fatos. Até então, eu encarara a linguagem como algo ‘transparente’”. (RUSSELL, 1960, p. 124).

proposições verdadeiras das falsas. Russell introduz o conceito de *asserção* para nomear esta relação. A *asserção* em sentido lógico é diferente daquela em sentido psicológico, de maneira que as proposições verdadeiras seriam asseridas em um sentido lógico. Desta forma, as proposições se caracterizam por serem asseridas ou por não serem asseridas, por exemplo, “César morreu” asserir que definitivamente César morreu, enquanto que “se César morreu, Brutus é um dos culpados”, não asserir explicitamente que César morreu. Isso é evidenciado na medida em que é uma contradição afirmar “César morreu e César não morreu”, porém, o mesmo não ocorre em “se César morreu, Brutus é um dos culpados, e César não morreu”. Sendo assim, segundo Cintra (2007), proposições verdadeiras e falsas são entidades do mesmo tipo, mas as verdadeiras diferenciam-se por serem asseridas em um sentido lógico. Nas palavras de Russell,

El modo más evidente consistiría en decir que la diferencia entre una proposición afirmada y una no afirmada no es lógica, sino psicológica. [...] tanto las proposiciones verdaderas como las falsas son en cierto sentido entidades y son en cierto sentido posibles de transformarse en sujetos lógicos; pero cuando sucede que una proposición es verdadera tiene otra cualidad, además de la que comparte con las proposiciones falsas, y es esta cualidad adicional lo que quiero significar con asserción en un sentido lógico, en contraposición al sentido psicológico. (RUSSELL, 1948, § 52, p. 84).

Porém, Russell também tem de enfrentar uma outra dificuldade que está relacionada com proposições matemáticas que falam sobre classes infinitas, e quais as relações disso com as proposições. É no tratamento destas questões que surge uma noção extremamente central no pensamento de Russell, que é a noção de *denotação*¹⁶.

Quando Russell desenvolve sua teoria da denotação, ele postula a noção de *conceito denotativo*, cuja função seria designar os objetos diferentes dele mesmo. Silva (2008) nos esclarece esse ponto,

A teoria da denotação de Russell, [...] foi introduzida com um objetivo semântico, [...] para explicar como a mente humana pode manipular conceitos infinitamente complexos, através de conceitos de complexidade finita, que alcançam os primeiros através de proposições finitas que o homem pode compreender, essas classes não podem ser os constituintes de tais proposições, razão pela qual passam a ser considerados objetos denotados por certos conceitos que, estes sim, são os seus constituintes. Russell introduz [...] a noção de conceito denotativo (*denoting concept*), cuja função intrínseca na proposição é denotar ou *designar* objetos distintos dele mesmo e exteriores à proposição. (p. 33, grifo do autor).

¹⁶ A teoria da denotação está envolvida com uma série de outros problemas que foge ao escopo do nosso trabalho, por isso não o mencionamos. A denotação está relacionada com conceitos matemáticos e lógicos, como variáveis, classes, funções posicionais e até mesmo com o paradoxo de Russell.

A semântica e, conseqüentemente, a teoria da denotação estão estritamente ligadas com a noção de *acquaintance* da epistemologia de Russell. É de Russell uma distinção importante para os contornos da filosofia do século XX: trata-se da distinção entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição. “[...] digo que estou *familiarizado* com um objeto quando tenho relação cognitiva direta com esse objeto, isto é, quando estou diretamente consciente do próprio objeto” (RUSSELL, 1977, p. 215). Sobre o conhecimento por descrição, diz ele que “[...] um objeto é ‘conhecido por descrição’ quando sabemos que é ‘o assim-e-assim’, isto é, quando sabemos há um objeto, e não mais que um, que tem uma certa propriedade; isto, de modo geral, implicará que do mesmo objeto não temos conhecimento por familiaridade” (1977, p. 220)¹⁷.

Disso decorre um problema interessante. A semântica se depara com o problema de não poder lidar com sentenças que contenham ficções, ou coisas que não estão efetivas no mundo, como é o famoso caso da proposição “o atual rei da França é careca”. Qualquer proposição como esta deveria ser ininteligível, porém ela não parece ser totalmente ininteligível.

A questão semântica que não pode ser destacada de questões epistemológicas e metafísicas aqui é que o *significado* de uma expressão da linguagem natural é alguma entidade no *mundo*, e tal entidade é o objeto de *contato*.

[...] se não há entidade no mundo que a expressão refere, não há, a fortiori, entidade alguma com a qual estou em contato: se não há entidade no mundo que essa expressão se refere, eu *não posso* estar em contato com ela, a entidade. Se não posso estar em contato com o significado de uma expressão, a expressão é ininteligível. (CORREA, 2010, p. 84-85, grifo do autor).

Desta forma, a proposta de Russell é oferecer uma teoria que lide satisfatoriamente com a significação de sentenças que contenham expressões como “todo”, “cada”, “qualquer”,

¹⁷ É claro que esta definição da teoria do conhecimento de Russell é bem contemporânea em relação aos desenvolvimentos de 1903, porém buscamos apenas aspectos gerais da epistemologia de Russell. Esta definição é tirada do artigo *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description* de 1910-1911. O autor também trata sobre a temática em uma passagem do livro *Os Problemas da Filosofia*, “a palavra ‘conhecer’ aparece-nos aí com dois diferentes sentidos. 1) No primeiro, aplica-se à espécie de conhecimento que se opõe a tudo que denominamos erro; é o significado de ser verdade tal ou tal coisa que nós conhecemos; é aquele significado que se usa aplicar às nossas crenças e convicções, isto é, aos atos mentais a que se chama juízos. [...] a esta espécie de conhecimento poderíamos nós com bom motivo designá-la por conhecimento de verdades. 2) No segundo emprego supra-citado do mesmo vocábulo ‘conhecer’, aplica-se ele ao conhecimento das coisas, - a que nós podemos sinalar o nome de conhecimento-de-intimidade, ou conhecimento-de-trato. Neste segundo significado de ‘conhecer’ é que nós conhecemos os dados-sensíveis” (RUSSELL, 1980, p 81).

“um”, “algum”, e “o”¹⁸. E ele faz isso afirmando existir uma entidade intermediária entre a proposição denotativa, que contém uma das expressões denotativas e o seu significado, e essa seria a noção de *conceito denotativo*¹⁹. Com este postulado, Russell abre uma exceção ao que comumente se considera o seu *monismo semântico ingênuo*, que se baseia na tese de que todas as expressões denotativas são itens semanticamente ativos isoladamente, e, como veremos logo adiante, isso será a principal diferença em relação ao artigo *Da Denotação*. Tendo em vista a relação entre matemática, lógica, epistemologia e ontologia, há uma impossibilidade teórica de explicar como as expressões denotativas possuem significado, justamente na medida em que certos objetos, ou melhor, sujeitos como “qualquer número finito”, não podem ser constituintes da proposição, aí se postula a ideia de *conceito denotativo*.

Podemos dizer que os conceitos denotativos são os constituintes de proposições que falam sobre objetos que, por alguma razão, não são ou não podem ser seus constituintes. Essas proposições falam *indiretamente* sobre esses objetos denotados, pois falam deles por intermédio de conceitos denotativos, que são seus constituintes. Assim, embora conceitos denotativos sejam os constituintes de certas proposições, elas em geral não falam sobre conceitos, mas sobre os objetos denotados por eles. (SILVA, 2008, p. 423-43).

Desta forma, pode-se dizer que Russell é levado a postular uma distinção em termos de *sentido*²⁰ e *denotação*²¹, fazendo com que de certas classes apenas o *conceito denotativo* possui ser e é o legítimo constituinte da proposição, como é o caso de quando se lida com proposições infinitas e sujeitos cuja existência seja duvidosa. Desta forma, essas proposições

¹⁸ Tais expressões, consideradas as expressões denotativas, são oriundas de particularidades dos predicados, como por exemplo humano, que geraria uma série de expressões denotativas cognatas, como, por exemplo, “um homem”, “todo homem”, “algum homem”, “cada homem”, “qualquer homem” e “o homem”. Outra característica importante, que acaba diferenciando o artigo definido das outras expressões é o seguinte: tomando “o *x* é brasileiro” ou “o *x* não é brasileiro” uma terá que ser verdadeira enquanto a outra falsa. Entretanto isso não ocorre em “todo brasileiro é *x*” e “todo brasileiro não é *x*”, pois ambas são falsas se “apenas alguns brasileiros são *x*”.

¹⁹ Esta noção não acarreta que as proposições denotativas sejam sobre o conceito denotativo. Na verdade há uma obscuridade na argumentação russelliana neste sentido, ele afirma haver uma relação entre eles, “Pues el hecho de que la descripción sea posible – de que empleando conceptos seamos capaces de designar una cosa que no es un concepto – se debe a la relación lógica entre algunos conceptos y algunos términos, en virtud de la cual tales conceptos denotan en forma inherente y lógica tales términos” (RUSSELL, 1948, § 56, p. 89).

²⁰ Russell não é rigoroso terminologicamente entre conceitos denotativos, sentidos etc. Porém, o que nos interessa é a postulação de uma entidade intermediária que tem o poder de determinar a referência. Na verdade é obscuro se os conceitos denotativos são a mesma coisa que sentidos.

²¹ Esta distinção deve ser considerada restritivamente, pois, diferentemente de Frege, ela só vale para as expressões denotativas.

seriam significativas, teriam sentido, mesmo sem conhecimento da individualidade de seus sujeitos lógicos²².

Se não temos o próprio objeto na proposição, mas apenas um conceito que o denota então a relação entre ambos deve ser especial, para permitir que a proposição fale sobre algo que não é seu constituinte e, por essa razão, se chama seu *sujeito lógico*. Ou seja, a distinção entre sentido e denotação de uma expressão linguística cria duas entidades não-linguísticas, que se vinculam linguística e individualmente com aquelas expressões, mas logicamente entre si, através de uma relação de identidade absoluta. (SILVA, 2008, p. 46, grifo do autor).

Porém, é interessante anotar que essa sistemática sobre conceitos denotativos é uma exceção em seu pensamento. Pois, sua tese mais revolucionária é de que as próprias coisas são os constituintes da proposição. Mas isso não tira a importância, necessária para tratar algumas noções matemáticas, e o impacto das noções de *conceito denotativo*, que acabam, por vezes, sendo os constituintes de proposições, haja vista as dificuldades em certas expressões denotativas. Quando as proposições não são sobre os próprios constituintes do mundo, elas são sobre os *conceitos denotativos*, que articulados entre si, pelos seus termos, denotam os *objetos*. Russell utiliza a palavra *objeto* em um sentido mais geral e amplo que *termo*, e que acaba por ter uma relação com a teoria de Meinong. Neste sentido, Simons (1992) anota muito bem que “de fato, não é verdade que ‘termo’ é a palavra mais ampla do vocabulário filosófico de Russell. Maior ainda é a palavra ‘objeto’, a qual é usada para uma variedade de entidades não-individuais ou pluralidades”²³ (p. 167, tradução nossa).

Deve-se frisar que essa distinção entre sentido e denotação é exceção na semântica russeliana de PoM, que adota a tese geral de que os constituintes das proposições são os próprios objetos sobre os quais elas falam. No caso dos nomes próprios essas expressões *indicam* diretamente os objetos de nosso conhecimento, estando em ligação imediata com a sua denotação. Assim, um nome como “John”, não possui sentido, pois indica o próprio termo ou entidade John. No entanto, para Russell, isso não vale para as chamadas expressões denotativas – descrições definidas e indefinidas -, que possuem sentido e denotação distintos, sendo que é o sentido que permite a denotação; ou seja, uma expressão denotativa *expressa* um conceito que, por sua vez, *denota* um objeto. (SILVA, 2008, p. 46-47).

É difícil não relacionar a análise de Russell das proposições com as noções de *sentido* e *referência* de Frege (2009). Por mais que seja uma exceção em Russell, os *conceitos*

²² A relação da distinção entre *sentido* e *denotação* com expressões denotativas da forma “o”, que expressa definidamente seu sujeito, é um pouco diferente das outras cinco expressões denotativa, onde há uma relação entre os objetos e os conceitos denotativos, de maneira que a proposição fala sobre os próprios objetos e não sobre os conceitos denotativos. Em outros casos, como no infinito, o conceito denotativo pode ser entendido com o sentido da expressão linguística, que é da natureza lógica, o sujeito lógico da expressão. (ver nota 18).

²³ No original: “In fact it is not true that ‘term’ is the widest word of Russell’s philosophical vocabulary: wider still is the word ‘object’, which is used for a variety of non-individual entities or pluralities”.

denotativos acabam por determinar a denotação. Uma das únicas coisas que os diferenciam é o fato de que Russell restringe o uso dos *conceitos denotativos*, ou ainda dos sentidos, enquanto os sentidos fregeanos eram postulados para todos os termos,

La diferencia entre el significado (Sinn) y la indicación (Bedeutung) es aproximadamente equivalente, aunque no exactamente, a mi distinción entre un concepto como tal y lo que un concepto denota.
[...] esta teoría de la indicación es más amplia y general que la mía, como trasunte el hecho que *todo* nombre propio se supone que tiene dos lados. (RUSSELL, 1948, p. 612).

Portanto, as teses sobre a denotação trabalhadas em PoM diferem-se radicalmente das noções presentes em *Da Denotação*. É nesse artigo, que Russell constrói uma outra teoria da denotação, que combate a sua própria teoria desenvolvida em PoM e, além disso, combate também a distinção fregeana e a *teoria dos objetos* de Meinong. Passemos, então, à análise do artigo de 1905.

3.2 O ARTIGO DA DENOTAÇÃO

Na esteira de Frege, Russell soluciona, em PoM, o paradoxo das identidades com a postulação de uma entidade intermediária entre a proposição e o denotado. Porém, esta interpretação e seus desdobramentos sofreriam um grande ataque no artigo *Da Denotação* em 1905.

Não é consenso entre os especialistas quais são as ideias que vem e permanecem de PoM, porém, é consenso que a teoria das descrições dá uma guinada em teses levantadas e defendidas por Russell em 1903. É claro que isso não se restringe somente às suas ideias, mas também às ideias de Frege e Meinong.

No começo do artigo, Russell começa dando exemplos de expressões denotativas. Vale notar que, como era em PoM, Russell ainda utiliza a noção de *expressões denotativas*, porém, mais tarde, devido à guinada na sua concepção de denotação, o tratamento de expressões iniciadas por artigos definidos acabará sendo chamado de teoria das descrições.

Entendo por “expressão denotativa” qualquer uma das seguintes expressões: um homem, algum homem, qualquer homem, cada homem, todos os homens, o atual rei da Inglaterra, o atual rei da França. (RUSSELL, 1974, p. 09).

Acrescenta-se a isso a importante ideia de que uma expressão é denotativa somente em virtude da sua *forma* linguística, de modo que não precisa existir um denotado para que a denotação ocorra. Aí surgem três casos de descrições. As que são denotativas, mas não denotam nada, as que denotam um objeto definido, e as que denotam de maneira ambígua. Respectivamente, os exemplos de Russell são “o atual rei da França”, “a atual rainha da Inglaterra”, e “um homem”²⁴.

Disso decorre a apresentação da teoria das descrições, na qual Russell toma duas noções como fundamentais e, conseqüentemente, indefiníveis. Uma é a noção de variável e a outra é a noção de função proposicional.

Tomo a noção de *variável* como fundamental; uso “C(x)” para significar uma [função proposicional] na qual x é um constituinte, onde x, a variável, é essencial e totalmente indeterminada. (RUSSELL, 1974, p. 10).

A noção de função proposicional aparece com a afirmação de que “C(x) é sempre verdadeira” e “C(x) é algumas vezes verdadeira” Russell ainda lembra que esta segunda definição pode ser reduzida na forma da primeira, ficando “não é verdade que ‘C(x) é falso’ é sempre verdadeira”.

Feito isso, decorre no artigo uma interpretação das expressões denotativas mais primitivas, que são *tudo*, *nada* e *algo*²⁵, que são reduzidas mediante o uso de funções proposicionais sempre verdadeiras, e, é claro, as variáveis.

C (tudo) significa “C(x) é sempre verdadeira”

C (nada) significa “‘C(x) é falsa’ é sempre verdadeira”

C (algo) significa “é falso que ‘C(x) é falsa’ é sempre verdadeira”²⁶

²⁴ Há casos em que se usa descrição “o” ou “a”, mas de refere ambigüamente, como por exemplo, “a mesa de madeira”. E há casos em que se usa uma descrição indefinida e se denota definitivamente, por exemplo “uma mulher que assumiu a presidência do Brasil no ano de 2011”, porém estas são ocorrências pouco usadas.

²⁵ Em PoM, Russell tinha seis casos de expressões denotativas. Sendo que lá, ele enfrentaria o problema de saber se eram seis maneiras de denotar diferentes entre si ou se seria uma apenas. Lá ele também procede a uma distinção entre espécie de descrições definidas e indefinidas, sendo que das seis, cinco pertenceriam às indefinidas. No artigo em análise, ele absorve duas ficando somente com estes três tipos de expressões. Nas suas palavras: “C(todos os homens)” significa “‘se x é humano, então C(x) é verdadeira’ é sempre verdadeira”. “C(nenhum homem)” significa “‘se x é humano, então C(x) é falsa’ é sempre verdadeira”. “C(alguns homens)” significa o mesmo que “C(um homem)”. “C(um homem)” significa “é falso que ‘C(x) e x é humano’ é sempre falsa”. “C(todo homem)” significa o mesmo que “C(todos os homens)” (RUSSELL, 1974, p. 11).

²⁶ Na Lógica Quantificacional contemporânea ficaria, respectivamente, da seguinte forma: $\forall x Cx$; $\forall x \sim Cx$; $\sim \forall x \sim Cx$. Ou ainda usando os quantificadores existenciais: $\sim \exists x \sim Cx$; $\sim \exists x Cx$; $\exists x Cx$.

Em seguida, é afirmada aquilo que podemos dizer a grande descoberta de Russell, e que traria as sérias consequências contra a sua teoria em PoM, e também à Meinong. Diferentemente de PoM, onde todas as expressões denotativas estavam por alguma coisa, sendo *termos* e possuindo alguma espécie de *ser*, aqui Russell acaba com a significação isolada destas expressões, elas passam a ser símbolos incompletos.

Tudo, nada e algo não são supostas ter qualquer significado isoladamente, mas um significado é atribuído para *cada* proposição em que elas ocorrem. Este é o princípio da teoria da denotação que pretendo defender: as expressões denotativas nunca têm qualquer significado em si próprias, mas cada proposição, em cuja expressão verbal elas ocorrem, tem um significado. (RUSSELL, 1974, p. 10).

Nas análises de descrições indefinidas, como “eu encontrei um homem”, comumente se pode entender que se encontrou um homem definido, mas segundo o postulado de Russell, “um homem” é, por si própria, destituída de significado. A análise correta deveria ser expressa na forma “‘eu encontrei x, e x é humano’ não é sempre falsa”²⁷.

Em seguida, Russell passa para aquelas expressões mais interessantes e difíceis, que são as contendo “o” ou “a”. Na visão de Russell, essas expressões envolvem unicidade. Não é o que acontece com a expressão “o filho de fulano”, visto que fulano possa ter vários filhos, sendo que, para esse caso seria melhor a expressão “um filho de fulano”.

Russell toma como exemplo a proposição “o pai de Carlos II foi executado”, que afirma que havia um x que era o pai de Carlos II e que foi executado. Como o “o” envolve unicidade, não só se afirma que x tinha uma relação com Carlos II, como também que ninguém mais tinha essa relação. Sem o aparato das expressões denotativas, tal afirmação poderia ser descrita como “x era o pai de Carlos II”, e pela análise russelliana tornar-se-ia “x gerou Carlos II; e ‘se y gerou Carlos II, y é idêntico a x’ é sempre verdadeira para y”. Deste modo, “o pai de Carlos II foi executado” se torna: “não é sempre falso para x que x gerou Carlos II e que x foi executado e que ‘se y gerou Carlos II, y é idêntico a x’ é sempre verdadeira para y”²⁸.

²⁷ Neste trecho Cintra (2007, p. 66) faz uma importante observação. Russell afirma certa transição entre predicados e funções proposicionais, de maneira que àqueles podem ser analisados nos termos desses. Mais abaixo veremos que Russell acusa Meinong de não perceber uma diferença entre uma análise na forma gramatical e uma análise na forma Lógica de expressões denotativas. Esta é uma noção que aparece muito bem nos escritos de Russell em 1918 intitulado *Introdução à Filosofia da Matemática*.

²⁸ Tomando “G” como “x gerou y”, e “E” como “x foi executado” e “c” como “Carlos II”, ficaria, na LQ, da seguinte maneira: $\sim\forall x \sim(Gxc \wedge Ex \wedge \forall y (Gyc \rightarrow y = x))$; que é equivalente a: $\exists x (Gxc \wedge Ex \wedge \forall y (Gyc \rightarrow y = x))$.

A análise russelliana apresenta duas implicações importantes. No caso de C(o pai de Carlos II), a análise nos diz que Carlos II teve um pai e mais nenhum. Se uma dessas condições falhar, a proposição será falsa. É isso que ocorre com toda a proposição do tipo C(o atual rei da França), visto que não existe atual rei da França, ou C(o círculo quadrado) dada a sua impossibilidade, e também C(o ex-presidente do Brasil), pois o Brasil tem mais de um ex-presidente. Russell consegue criar um mecanismo onde todas as proposições que contenham expressões denotativas sejam reduzidas a formas em que isso não ocorre.

Esta pode parecer uma interpretação até certo ponto inaceitável [...]. [Mas] esta é a grande vantagem da presente teoria. [...] o exposto acima mostra uma redução de todas as proposições, em que ocorrem expressões denotativas, a formas em que não ocorrem tais expressões. (RUSSELL, 1974, p. 11-12).

Russell considera que uma teoria lógica da denotação tem de ser capaz de solucionar três enigmas lógicos. São eles: o das identidades informativas; o da lei do terceiro excluído; e das proposições existenciais negativas.

O primeiro enigma, referente às identidades, tem que explicar como enunciados dessa ordem são informativas e não tautologias. O exemplo de Russell é a proposição “George IV desejava saber se Scott era o autor de Waverley”; e de fato ele era mesmo o autor de Waverley. Porém, tendo em vista a livre substituição de termos idênticos, pode-se substituir “o autor de Waverley” por Scott em todas as suas ocorrências. Dessa maneira, teríamos “George IV desejava saber se Scott era Scott”. Mas é claro que George IV não estava interessado em nenhuma formulação da lei da identidade (RUSSELL, 1974, p. 14).

O segundo enigma, nos diz que, levando em consideração a lei do terceiro excluído, uma proposição ou é falsa ou é verdadeira. Desta forma, “o atual rei da França é careca” ou o “atual rei da França não é careca” deve ser verdadeira. Porém, para além da possibilidade de ele usar peruca, se enumerarmos as coisas que são carecas não se encontrará nenhum rei da França. Também não encontraremos nenhum rei da França entre todos aqueles que possuem uma vasta cabeleira.

No terceiro enigma, considere “A difere de B”. Se isso for verdade podemos afirmar que “a diferença entre A e B subsiste”²⁹. Porém, se isso não for verdade, decorre que “a diferença entre A e B não subsiste”. Mas como pode uma não entidade ser o sujeito de uma

²⁹ Segundo Cintra (2007, p.72), ainda está presente em Russell uma distinção entre ser e existência. Apoia-se ele em uma nota de rodapé em que Russell afirma entender subsistência e ser como sinônimos. Porém, este problema é controverso, e não nos ocuparemos dele neste trabalho. Lembro que em *Introdução à Filosofia da Matemática*, Russell faz menção a uma frase muito conhecida, diz ele que “só existe um mundo, o mundo ‘real’” (RUSSELL, 1974b, p. 162).

proposição? Parece então que admitir o não ser de algumas coisas pode levar à contradição, porém, afirmar este ser também pode levar-nos a contradições, como fez Meinong, por exemplo. “Assim, se A e B não diferem, supor que existe ou que não existe um objeto tal como ‘a diferença entre A e B’, parece igualmente impossível” (RUSSELL, 1974, p. 14).

O primeiro enigma é solucionado da seguinte maneira. Como uma descrição/expressão denotativa não tem significado isoladamente, dizer “Scott era um homem” e “o autor de Waverley foi um homem” não são equivalentes. A primeira, por ser um nome próprio, pode ser entendida como “x era um homem”, em que x é o sujeito “Scott”. Já “o autor de Waverley foi um homem” não é da mesma forma, ou seja, “x foi um homem”, isso porque descrições são símbolos incompletos. A partir da tese de Russell, o enunciado ficaria “uma e somente uma entidade escreveu Waverley, e tal entidade foi um homem”. Desta forma, “Scott foi o autor de Waverley” torna-se “não é sempre falso para x que x escreveu Waverley, que é (verdadeiro) sempre para y que se y escreveu Waverley, y é idêntico a x, e que Scott é idêntico a x”, ou ainda, “uma e somente uma entidade escreveu Waverley, e Scott foi idêntico a essa entidade”. Ora, aqui aparece a mudança central na análise da concepção de identidade. As identidades envolvendo descrições definidas não são apenas “a=b”, mas teriam sim a seguinte forma lógica, usando “Z” para um predicado qualquer: $\exists x (Zx \wedge \forall y (Zy \rightarrow y = x))$.

Sendo assim, “o autor de Waverley” está somente expressando (descrevendo) definitivamente uma entidade que poderia ser descrita de tantas outras maneiras, pois esta expressão por si só não tem significado algum, diferentemente do que ocorre com os nomes próprios. Consequentemente, “Scott foi o autor de Waverley”, não contém nenhum autor de Waverley como seu constituinte, que poderia ser substituído por “Scott”. Essa análise explica por que “o autor de Waverley” não pode ser substituído por “Scott” na proposição “George desejava saber se Scott era o autor de Waverley”, gerando o absurdo “George queria saber se Scott era Scott”. Tal substituição só seria possível se “o autor de Waverley” tivesse o que Russell chama de *ocorrência primária* nessa proposição, e não é isso o que ocorre na leitura costumeira.

Imaginemos que “George IV desejava saber se tal-e-tal”, o “tal-e-tal” deverá ser uma proposição. Se “tal-e-tal” conter uma expressão denotativa, poderemos eliminar esta expressão de duas maneiras, produzindo as diferentes ocorrências das descrições³⁰. “Podemos eliminar essa expressão denotativa da proposição subordinada [“tal-e-tal”], ou da totalidade da expressão na qual [“tal-e-tal”] é um mero constituinte” (RUSSELL, 1974, p. 17). Quando

³⁰ Tal noção também é chamada nos dias de hoje como uma distinção entre escopo amplo, ou seja, ocorrências primárias, e escopo curto, isto é, ocorrências secundárias.

dizemos “George IV desejava saber se Scott era o autor de Waverley”, queremos dizer “George IV desejava saber se um e somente um homem escreveu Waverley, e George IV desejava saber se Scott era esse homem”. De maneira que em “George IV desejava saber se” tem uma ocorrência primária, e “um e somente um homem escreveu Waverley e Scott era esse homem” tem uma ocorrência secundária.

Uma ocorrência *secundária* de uma expressão denotativa pode ser definida como uma ocorrência na qual a expressão ocorre na proposição p que é um simples constituinte da proposição que estamos considerando, e a substituição da expressão denotativa deve ser efetuada em p , não na totalidade da proposição considerada. (RUSSELL, 1974, p. 17-18, grifo do autor).

A distinção entre os tipos de ocorrência da descrição também é utilizada para solucionar o segundo enigma, ou seja, de saber se o atual rei da França é ou não careca.

A distinção entre as ocorrências primárias e as secundárias também nos capacita lidar com a questão de se o atual rei da França é careca ou não é careca, e de uma maneira geral com o status lógico de expressões denotativas que não denotam nada. (RUSSELL, 1974, p. 18).

Diz Russell que se tomarmos a expressão denotativa “o atual rei da França é careca”, isso será transformado pelo mecanismo da teoria das descrições em “uma e somente uma entidade é o atual rei da França, e essa entidade é careca”. Poderíamos acrescentar várias outras características a essa entidade, mas essa proposição sempre seria falsa, pois não existe nenhuma entidade que seja o atual rei da França. Daí não podemos dizer verdadeiramente nem que ela é careca nem que ela possui uma vasta cabeleira.

Entretanto, poderemos ter dois tipos de negação de “o atual rei da França é careca”. “o atual rei da França não é careca”, será falsa se a ocorrência da descrição (o atual rei da França) for primária, ou seja, “existe pelo menos uma e no máximo uma entidade que agora é o rei da França e essa entidade não é careca”. Porém, será verdadeira se a ocorrência da descrição (o atual rei da França) for secundária, ou seja, “não existe agora nenhuma entidade que seja o atual rei da França e seja careca”. “Assim, todas as proposições nas quais ‘o rei da França’ tem uma ocorrência primária são falsas; as negativas de tais proposições são verdadeiras, mas nestas “o atual rei da França” tem uma ocorrência secundária” (RUSSELL, 1974, p. 18).

Agora, no terceiro enigma, Russell mostra como a teoria das descrições soluciona o problema de se ter objetos de existência duvidosas ocupando o lugar de sujeito de proposições. Voltemos ao exemplo exposto mais acima, “A difere de B”. Se isso for verdade,

poderemos também assegurar que existe uma e somente uma entidade x tal que “ x é a diferença entre A e B ”, sendo a proposição, portanto, verdadeira. Se isso não ocorrer, poderemos dizer que não existe tal entidade x . Sendo assim, “ A difere de B ” terá denotação se for verdadeira, mas se for falsa não possuirá nenhuma denotação.

A saída para esse problema é relativamente simples, porém, não podemos concordar com o que diz Cintra (2007, p. 74), “vale dizer que Russell não apresenta nesse ponto do texto de OD [*On Denoting*] uma solução condizente com o espírito da teoria das descrições, desviando-se do assunto”. Esta solução de Russell é simplesmente acarretada pela tese fundamental de sua teoria, ou seja, a tese de que descrições não estão isoladamente por nada, diferentemente de PoM, onde todas elas estavam por um termo, e seriam *ser* de alguma maneira.

Desta forma, todas as descrições *vazias*, como por exemplo, “o quadrado redondo”, “o número primo par diferente de 2” são satisfatoriamente resolvida. Visto o abandono da necessidade da relação entre denotação e denotado, “todas estas expressões são expressões denotativas, que não denotam nada” (RUSSELL, 1974, p. 18-19).

Por conseguinte, “o quadrado redondo é redondo” significa “existe uma e somente uma entidade x que é redonda e quadrada, e essa entidade é redonda”. Tal proposição é, agora na visão de Russell, falsa, “e não uma proposição verdadeira, como sustenta Meinong” (RUSSELL, 1974, p. 19). Meinong entraria, assim, ao dizer que a proposição é verdadeira, em conflito com a lei da contradição.

Inclusive, achava Russell, que as dificuldades da exposição e defesa das doutrinas de Frege e Meinong eram uma evidência a favor da sua teoria das descrições. Meinong é acusado de tomar qualquer expressão denotativa gramaticalmente correta como representando algum objeto, e alguns destes objetos estão prontos a infringir a lei da contradição. No próximo capítulo analisar-se-á mais detalhadamente o ponto de debate entre Russell e Meinong.

4 A CONTROVÉRSIA ENTRE RUSSELL E MEINONG

Como visto anteriormente, Russell acreditava que uma forte evidência a favor de sua teoria das descrições seria dificuldades que a teoria de Meinong levantava. E tal coisa é o que realmente ocorre quando tomamos expressões denotativas como representantes genuínas das próprias coisas do mundo. A consequência disso é que o universo estaria povoado com entidades um tanto quanto esquisitas, como por exemplo, os quadrados redondos que seriam tanto quadrados quanto redondos.

A evidência em favor da teoria [das descrições] deriva-se das dificuldades que parecem inevitáveis se tomamos as expressões denotativas como representativas genuínas das proposições em cuja expressões verbais elas ocorrem. (RUSSELL, 1974, p. 12).

Outras teorias não levam em conta o princípio básico da teoria das descrições. Dentre essas teorias, para Russell, a mais fácil é a de Meinong, que, segundo ele, acredita que tudo o que pode ser mencionado supõem-se ser um objeto genuíno.

Admite-se que tais objetos não *subsistem*, mas, entretanto, eles são suposto ser objetos. Esta é em si mesma uma perspectiva difícil; mas a principal objeção é que tais objetos estão prontos a infringir a lei de contradição. Sustenta-se, por exemplo, que o existente atual rei da França existe, e também que não existe; que o quadrado redondo é redondo, e também não é redondo, etc. mas isto é intolerável; e se se puder estabelecer qualquer teoria para evitar esse resultado, esta deve ser certamente preferida. (RUSSELL, 1974, p. 12).

De fato, a leitura feita por Russell acerca de Meinong influenciou a maioria dos estudos e das interpretações sobre o debate até hoje. E a consequência disso é que Meinong foi, e ainda é, visto como se sua teoria tivesse levado um nocaute da teoria das descrições de Russell.

Porém, essa é uma visão que tem sido combatida pelos estudiosos oriundos da escola de Meinong, cujos estudos têm se desenvolvidos cada vez mais nas últimas décadas.

Acerca do debate entre Russell e Meinong, uma das primeiras perguntas a se fazer é se de fato Russell e Meinong, estão falando sobre as mesmas coisas. Porém, aí mora o limbo da relação entre esses dois filósofos. E essa é uma questão que ainda gera polêmica nos escritos dos especialistas.

Segundo Russell, em uma carta à Meinong, eles estariam falando sobre a mesma problemática, pois aquilo que Meinong chama “Teoria de Objetos”, Russell afirma que reconhece como “Lógica”. A carta é do final de 1904, e presume-se que Russell ainda não

havia pensado sobre as ideias norteadoras do artigo *Da Denotação*³¹, mas já havia uma indagação acerca do estatuto de objetos inexistentes. Diz Russell,

Muito obrigado pela sua gentil carta e pelo trabalho “Teoria dos Objetos”. [...] eu me encontro em quase completo acordo com o ponto de vista geral e os problemas tratados parecem para mim muito importante. Eu mesmo tenho me acostumado a usar o nome de “Lógica” para o que você chama de “teoria dos objetos” (RUSSELL apud SMITH, 1985, p. 347, tradução nossa).³²

Porém, Russell acusa certa desconfiança sobre o estatuto ontológico de objetos inexistentes. Esta é uma das primeiras vezes que Russell faz menção a inexistentes, através desta carta em 1904 após a publicação da *Teoria dos Objetos*. Porém, para evitar maiores problemas sobre inexistentes, Russell faz uso da distinção de Frege, distinção que em 1905, em *Da Denotação*, foi alvo das críticas de seu novo sistema de denotação.

Eu sempre acreditei, até agora, que todos os objetos devem ser em algum sentido, e acho que é difícil de reconhecer objetos inexistentes. Em um caso como a montanha de ouro ou o quadrado redondo, é preciso distinguir entre sentido e referência (de acordo com a distinção de Frege). O sentido é um objeto e tem ser, ao passo que a referência, por outro lado, não é um objeto. (RUSSELL apud SMITH, 1985, p. 348, tradução nossa).³³

Acerca dos argumentos em que Russell se baseia para criticar Meinong, destacamos alguns deles, que são enunciados por Smith (1985). Oriundos do artigo *Da Denotação*, podemos destacar que Russell considera intolerável que objetos violem a lei da contradição. Supostamente, Meinong estaria concedendo tal violação, além de também conceder uma violação da lei do terceiro excluído. Consequentemente, a teoria das descrições seria uma correta análise em relação a contradições e aos valores de verdade, e essa análise seria melhor do que a solução de Meinong.

Além do mais, as postulações de entidades mitológicas e em contextos ficcionais são deficientes para com certo “sentimento de realidade”, que a Lógica deve preservar, porque

³¹ Repetimos aqui a passagem de Simons (1992), “In fact it is not true that ‘term’ is the widest word of Russell’s philosophical vocabulary: wider still is the word ‘object’, which is used for a variety of non-individual entities or pluralities” (p. 167).

³² No original: “Many thanks for your kind letter and for the work ‘Theory of Objects’. [...] I find myself in almost complete agreement with the general viewpoint and the problems dealt with seem to me very important. I myself have been accustomed to use the name ‘Logic’ for that which you call ‘Theory of Objects’.

³³ No original: “I have Always believed until now that every object must be in some sense, and I find it difficult to recognize nonexistent objects. In a case such as the golden mountain or the round square one must distinguish between sense and reference (in accordance with Frege’s distinction). The sense is an object and has being, whereas the reference on the other hand is not an object”.

esta deve dar atenção ao mundo real. Aliado a tudo isso, está a convicção teórica de Russell de que a sua teoria das descrições oferece uma análise lógica totalmente superior e mais eficiente que a de Meinong e a de Frege.

Dado o novo método de análise a partir de *Da Denotação*, os principais argumentos contra Meinong, em um primeiro momento, são de ordem lógica e semântica, na medida em que frases denotadoras não funcionam de modo puramente referencial³⁴.

Quando se leva em conta a alegada violação meinongeana da lei da contradição, a crítica se volta mais especificamente ao âmbito lógico. Porém, Russell critica Meinong de um ponto de vista ontológico também, de maneira que a divisão explícita do campo dos ataques de Russell é difícil de definir, visto que Russell nunca é totalmente claro sobre os seus argumentos.

Nesse sentido, a tarefa de considerar o atual da França como um objeto genuíno, é alegada por Russell como uma tarefa difícil. Porém, como dito, as razões para isso não são totalmente explícitas. Smith (1985) lança a ideia de que, para Russell, estes objetos estão prontos a infringir a lei da contradição, e Russell entende que não deve haver nenhuma coisa que seja contraditória. Consequentemente, estes ditos objetos não devem existir. Isso desperta uma curiosidade acerca dos ataques russellianos, pois, na maioria das vezes, entende-se que Russell desenvolve sua crítica sobre os objetos impossíveis como o quadrado redondo, porém, em *Da Denotação*, a argumentação é muito mais voltada ao exemplo sobre o atual rei da França³⁵. Dessa maneira, o exemplo sobre os impossíveis clarifica a ideia de contradição na teoria de Meinong. Isso deriva do fato de Russell não acreditar na saída de Meinong de que a lei da contradição só valia para os efetivos, não podendo ser aplicado ao reino dos possíveis e impossíveis. Russell, reconhecidamente, não aceita nenhuma noção modal dos objetos e proposições, cuja análise em termos de função proposicional é difícil, e que acarretaria em outros problemas. Desta forma, Meinong é acusado de ter uma teoria contraditória sobre coisas possíveis, pois, na análise sujeito-predicado, qualquer afirmação de não existência sobre o sujeito geraria um colapso, pois diria sobre um sujeito que ele não existe. Tudo isso se relaciona também com o terceiro enigma enunciado por Russell, que acusa a teoria de Meinong de ser contraditória, criando um verdadeiro paradoxo, pois cada termo singular

³⁴ Aqui a evidência é que há uma diferença entre a forma gramatical e a forma lógica das sentenças. Porém, em *Da Denotação*, esta noção aparece implicitamente. Como veremos posteriormente, a preocupação de Russell com esta distinção se daria, em sua plenitude, somente em 1918, em *Introdução à Filosofia da Matemática*. Em *Da Denotação*, temos a centralidade no argumento de que expressões denotativas não se referem a nada isoladamente.

³⁵ A leitura de que Russell não aceita objetos impossíveis ganha força através de cartas mandada à Meinong após 1905. Há interpretações de que “o atual rei da França” bastaria por si só para relacionar a teoria de Meinong à violação da lei da contradição.

denota alguma coisa que possui uma forma de *ser*, criando um colapso entre o *ser* desta coisa com a proposição em que afirma que esta coisa não existe.

A argumentação de Russell parece mudar de lugar na medida em que diversas interpretações de Meinong possam surgir. Sabe-se que, no âmbito ontológico, objetos impossíveis não podem existir, pois violariam a lei da contradição. Se Meinong afirmar que a lei não vale para os possíveis e impossíveis, Russell, além de não aceitar a noção modal, transfere o argumento para uma noção lógica, no âmbito da proposição. Aí ganha força a ideia sobre a proposição “o existente quadrado redondo existe”, visto que, na análise meinongiana, ele deveria ser existente, quadrado, redondo e existir, mas, por ser impossível, ele não deve existir e nem subsistir, habitando o extra-ser. A interpretação de Russell é que o existente quadrado redondo deve existir e não existir ao mesmo tempo³⁶.

Uma passagem de Simons (1992) sobre as contradições na discussão de Meinong e Russell é esclarecedora.

Russell mostra claramente que ele compreendeu a distinção entre entidades e não entidades. Dando suas razões para rejeitar não entidades ele segue uma estratégia mista: ele atribui existência dos objetivos falsos, mas nega objetos inexistentes. Meinong tinha apontado que um objeto pode ser sujeito de um objetivo existente, sem a necessidade de existir: o sujeito de um objetivo não é parte dele. [...] seu argumento é, porém, que a aceitação de certas não entidades leva a contradições lógicas. O quadrado redondo é, de acordo com Meinong, tanto redondo quanto quadrado, então para Russell o existente quadrado redondo deve existir. Mas objetos impossíveis, aqueles unindo propriedades contrárias ou contraditórias em si mesmas, não podem existir. Assim, o existente quadrado redondo existe e não existe ao mesmo tempo. (p. 177, tradução nossa).³⁷

Tal ideia pode acomodar uma possível leitura correta, da parte de Russell, da distinção meinongiana entre existência e subsistência. Russell é constantemente acusado de não compreender a distinção fundamental de Meinong. Porém, acerca do “existente quadrado redondo” que não existe nem subsiste, habitando o extra-ser de Meinong, e que deveria ainda

³⁶ É bom lembrar que o debate entre os dois prossegue após 1905, e a própria interpretação de Russell sobre Meinong ganha novos contornos. Mas Meinong sempre apresenta uma noção de defesa de sua teoria, como por exemplo uma distinção alegada por Meinong entre “existe” e “existente”. Sem falar, é claro, dos desenvolvimentos de seguidores meinongianos, como os estudos em lógicas livres.

³⁷ No original: “Russell show clearly that he has grasped the distinction between entities and nonentities. In giving his reasons for rejecting nonentities he follows a mixed strategy: he ascribes existence to false objectives, but denies nonexistent objects. Meinong had already pointed out that an object can be subject of an existing objective without needing to exist: the subject of an objective is not a part of it. [...] his argument is however that the acceptance of certain nonentities leads to logical contradiction. The round square is according to Meinong both round and square, so according to Russell the existent round square must exist. But impossible objects, those uniting contrary or contradictory properties in themselves, cannot exist. So the existent round square at once exists and does not exist”.

ser, Meinong é forçado a se refugiar em outras distinções, como por exemplo a distinção entre “existe” e “existente”³⁸.

Porém, Russell é acusado de falhar ao relacionar as suas “proposições” aos “objetivos” meinongeanos. Há interpretações de que não há proximidades na análise de Russell e Meinong acerca das proposições, pois em Russell a análise se dá na forma todo-parte, enquanto Meinong parece analisar as proposições, ou objetivos, como um todo complexo.

Junto com isso, Smith (1985) considera, acertadamente, que uma noção de PoM se faz presente no *Da Denotação*, e tem a ver justamente com a noção de *acquaintence*. As proposições devem ser constituídas pelas coisas mesmas, mas se o denotador for contraditório, então o objeto não possui *ser* e não pode ser um constituinte de uma proposição, o que levou Russell à noção de que a denotação não está em causa nas descrições.

A crítica de noções modais também tem a ver com o segundo enigma de *Da Denotação*, pois, Meinong parece admitir uma lacuna no valor de verdade de proposições sobre coisas possíveis e impossíveis. E isso é uma coisa que Russell não aceita, devido a sua análise em termos de quantificadores e de variáveis. Desta maneira, todas as expressões denotativas, seriam analisadas em termos de “para todo valor de x”, e “para alguns valores de x”³⁹. Posteriormente, tal noção de Russell foi relacionada, por outros filósofos, com noções modais, mas o aprofundamento de tal análise foge ao escopo do nosso trabalho.

Em 1918, Russell, munido de seu empirismo enriquecido, aborda o debate com Meinong ressaltando outro prisma, que, no mínimo implicitamente, estava em *Da Denotação*, porém, não da forma explícita como aparece no livro *Introdução à Filosofia da Matemática* (1974b). Naquele ano Russell resalta explicitamente duas das características importantes dos seus ataques à Meinong. Uma é derivada de um empirismo, e outra com uma maior preocupação com a linguagem natural e lógica (SMITH, 1985).

Sobre a linguagem, afirma Russell em *Meu Pensamento filosófico* (1960) que

Foi em 1918 [...] que primeiro me interessei pela definição de “significado” e pela relação entre a linguagem e os fatos. Até então, eu encarara a linguagem como algo “transparente”, não tendo jamais examinado o que constitui a sua relação com o mundo não-linguístico. (p. 124).

Em *Introdução à Filosofia da Matemática* (1974b), os dois novos ângulos de ataque aparecem entrelaçados na argumentação de Russell. Estas acusações são as mais conhecidas dos comentadores do assunto, porém ela só aparece decisivamente neste livro de 1918.

³⁸ Distinção que não abordaremos em nosso trabalho.

³⁹ Respectivamente, “x é sempre verdadeiro” e “x é às vezes verdadeiro”.

Meinong é acusado de não compreender certa distinção crucial no tratamento da “irrealidade”, acreditando que a forma gramatical de sentenças é um guia mais seguro para a análise das sentenças. A forma gramatical diferencia-se daquela noção apresentada em *Da Denotação*, na qual se afirma que certas expressões não estão comprometidas com nenhuma entidade efetiva, denotando somente em virtude de sua forma, e envolvendo uma *tradução* à linguagem lógica, através de funções proposicionais e variáveis, que estariam em um grau mais elevado do que a forma gramatical de uma sentença.

A questão da “irrealidade”, com que deparamos neste ponto, é muito importante. Erroneamente conduzidos pela gramática, a grande maioria dos lógicos que lidaram com essa questão cuidou dela segundo linhas erradas. Consideraram a forma gramatical um guia mais seguro na análise do que de fato é. E não souberam quais diferenças na forma gramatical são importantes. “Encontrei-me com Jones” e “encontrei-me com um homem” seriam tradicionalmente consideradas proposições da mesma forma, mas, na realidade, são de formas muito diferentes: a primeira nomeia uma pessoa real, Jones, enquanto a segunda envolve uma função proposicional, tornando-se, quando tornada explícita: “A função ‘encontrei-me com x e x [é] humano’ é algumas vezes verdadeira”. [...] Essa proposição não é, obviamente, da forma “encontrei-me com x”, que justifica a existência da proposição “encontrei-me com um unicórnio” a despeito do fato de não existir uma coisa como “um unicórnio”. (RUSSELL, 1974b, p. 161).

Logo adiante em seu texto, Russell faz uma menção direta a Meinong, porém, não acrescenta aos seus ataques as suas próprias ideias de PoM, e que ele considerava muito parecidas com a de Meinong.

Na falta de um aparato de funções proposicionais, muitos lógicos foram levados à conclusão de que há objetos irrealis. É alegado, *e.g.*, por Meinong, que podemos falar sobre “a montanha de ouro”, “o quadrado redondo”, e assim por diante; podemos formar proposições verdadeiras das quais essas coisas são os objetos; portanto, elas devem ter alguma espécie de ser lógico, pois, de outro modo, as proposições em que ocorrem seriam sem significado. (RUSSELL, 1974b, p. 162).

Russell, por volta de 1905, é levado a uma encruzilhada. Ou se admite que sentenças com descrições do tipo “o quadrado redondo” referem-se a algum objeto, ou se admite que estas expressões possuem significado, mas não são denotativas⁴⁰. O primeiro caminho foi o trilhado por Meinong, que, então, dá um golpe naquele senso de realidade que Russell considera vital em Lógica.

⁴⁰ Existe ainda a discussão sobre nomes que não possuem referente, como por exemplo, “Homero”, que diz Russell ser uma abreviação de uma descrição. Dado a relação entre nomes e as teses epistemológicas, deveríamos ter *acquaintence* destas coisas. Mas aí Russell se vê na obrigação de restringir o uso dos nomes próprios, afirmando que nomes próprios genuínos são somente “isto” ou “aquilo”. A consequência direta disso é que também nomes históricos como “Aristóteles” devem ser analisados como o nome “Homero”, ou seja, como um amontoado de descrições.

O senso de realidade é vital em Lógica, e, se alguém fizer prestidigitações com ele, estará prestando um desserviço ao pensamento, simulando que Hamlet tenha qualquer outra espécie de realidade, estará prestando um desserviço ao pensamento. Um robusto senso de realidade é muito necessário à estruturação de uma análise correta de proposições sobre unicórnios, montanhas de ouro, quadrados redondos e outros pseudo-objetos do gênero.

Mas, afinal de contas – poder-se-á perguntar – se *nada existe* de irreal, como *poderíamos* admitir algo irreal? A resposta é que se atribuirmos significância a grupos de símbolos que não têm significância alguma, cairemos no erro de admitir irrealidades. (RUSSELL, 1974b, p. 162-163, grifo do autor).

É claro que Meinong foi o defensor da noção de que toda a palavra refere-se a um objeto. Meinong não compreendeu a diferença, vista por Russell, de que uma descrição ou um nome não ocorrem significativamente em uma proposição a não ser quando *nomeiam* algo. Desta forma, descrições e *nomes vazios* estariam, nas proposições, destituídos de sentido por si só.

Meinong, por quem tive grande respeito, deixou de notar essa diferença. Assinalou ele que podemos fazer enunciações em que o sujeito lógico seja “a montanha de ouro”, embora não exista nenhuma montanha de ouro. Argumentava ele que, se dissermos que a montanha dourada não existe, é óbvio que existe alguma coisa que estamos dizendo que não existe – isto é, a montanha dourada. Por conseguinte, a montanha dourada deve subsistir em algum impalpável mundo platônico. (RUSSELL, 1960, p. 69).

Logo, Russell é levado à convicção de que a teoria das descrições varria todas as dificuldades deixadas por Meinong e PoM, a ponto de ele acreditar que toda a discussão com Meinong estaria terminada e a questão decidida⁴¹. A suposição de Russell de que a sua teoria oferecia uma análise melhor do que as de Frege e Meinong não é acrescida de uma argumentação totalmente explícita e clara no artigo *Da Denotação*. Daí surge o constante debate entre os especialistas sobre este artigo⁴². Na verdade, tal artigo é marcado por certa nebulosidade, de maneira que todas as questões propostas ali não geram acordos universais. Outro exemplo disso é o famoso e nebuloso argumento da *Elegia de Gray*. Tal argumento tem sido fonte de embates entre especialistas, quanto a sua efetividade ou não, e também sobre quem Russell estaria atacando. O ponto de embate é geralmente se o argumento da *Elegia de Gray* consegue ser efetivo em sua crítica a Frege, e se supera a sua teoria. Mas esta

⁴¹ Há apontamentos de que a questão já estava decidida em 1907, por parte de Russell. Sendo que os relatos posteriores a Meinong pretendiam ressaltar as suas dificuldades muito mais do que evidenciar algum argumento novo e decisivo.

⁴² Além disso, o artigo é marcado por um tom irônico, presente também na relação entre o título do artigo e as teses levantadas no artigo. Ou seja, o título é *On Denoting*, enquanto o conteúdo do artigo é justamente afirmar que descrições não são denotativas isoladamente.

dificuldade pode ser estendida a todo o artigo, e não somente ao argumento da *Elegia de Gray*. De maneira que é difícil determinar, acerca do debate entre Russell e Meinong, se a argumentação de Russell alcança ou não a teoria de Meinong, e se suas críticas são capazes de superá-la⁴³.

Toda esta dificuldade da discussão em *Da Denotação*, geram as mais variadas interpretações que, por vezes, acabam simplificando o debate entre Russell, Frege e Meinong. Sendo assim, tomar uma decisão de que lado ficar, se isso for possível, pode ser ocasionada simplesmente por questões de preferências subjetivas, que dificilmente podem ganhar uma argumentação que alcance o nível do *universalmente* aceito. Por isso temos interpretações que acreditam que as críticas de Russell não alcançam Meinong, como por exemplo, a de Smith (1985) e a de Chisholm (2011). De fato, a discussão e desenvolvimento da teoria de Meinong é extremamente complexa, e pode ser entendida e explicada como uma outra via além da de Frege-Russell.

De outro lado, há os que preferem um universo menos populoso, como por exemplo, Quine que justifica sua afirmação em um sentimento por uma paisagem desértica. “O universo superpopuloso do Sr. Y é, em muitos sentidos, desagradável. Ele ofende o senso estético dos que, como nós, apreciam paisagens desertas” (QUINE, 2011, p. 15).

Ou ainda como Mario Antonio de Lacerda Guerreiro (1999), que constrói a teoria de Meinong de um ponto de vista em que essa apresenta consequências estranhas. Diz ele, que Meinong pode ser entendido através do lema “ser é ser mencionado”. De maneira que qualquer coisa mencionada deveria ser,

Para ele [Meinong] valia o lema “ser é ser mencionado”. Se podemos mencionar “círculo quadrado”, então há este objeto. Ah! Que bom se fosse assim! Bastaria você mencionar: “meu iate ancorado em Monte Carlo”, “minha gorda conta bancária na Suíça” e passariam a existir estas coisas. (GUERREIRO, 1999, p. 60).

É claro que nesta passagem de Guerreiro, ele não faz uso, talvez propositalmente, da distinção básica de Meinong entre existência e subsistência. A proposição “minha gorda conta bancária na Suíça”, pelo fato de eu não possuir nenhuma conta na Suíça, não se pode dizer que existe, porém, se pode dizer que ela subsiste. Logo, da simples enunciação de tais

⁴³ Além da discussão com Frege e Meinong, Russell também critica as noções de Hugh MacColl, que teria defendido, em um artigo em *Mind*, noções bem parecidas com a de Meinong. Diz Russell, “O Sr. MacColl considera os indivíduos como sendo de duas espécies, real e irreal; daí, ele define a classe vazia como a classe que consiste de todos os indivíduos irrealis. Isto supõe que expressões tais como ‘o atual rei da França’, que não denotam um indivíduo real, denotam entretanto um indivíduo, mas um indivíduo irreal. Esta é essencialmente a teoria de Meinong, que tive razões para rejeitá-la, porque ela entra em conflito com a lei de contradição” (RUSSELL, 1974, p. 19).

proposições não se pode derivar a sua existência efetiva. Guerreiro parece perceber bem a distinção de Meinong, porém, por vezes ele parece confundir as próprias entidades com os juízos acerca destas entidades, “para Meinong, entidades tais como o cavalo alado, o círculo quadrado, a manga do colete etc não existem mas subsistem como objetos de pensamento” (GUERREIRO, 1989, p. 85). Porém, vimos com Meinong que temos a certeza da não existência do quadrado redondo, porém, dizer “o quadrado redondo não existe” é uma proposição verdadeira e que guarda aquele último vestígio de ser, chamado do ser-puro e em nenhum desses momentos Guerreiro faz menção à tese do *aussersein*. Segundo Guerreiro (1999),

Meinong entendia que “existir” é poder ser encontrado no tempo e no espaço. Desse modo, para ele, A Montanha Dourada, sereias, centauros, o círculo quadrado, etc. não existiam, mas **subsistiam**. Mas o que entendia ele por “subsistir” (**bestehen**)? A resposta de Meinong não era muito esclarecedora: independentemente de uma entidade existir ou ser (**Sein**), ela tem um “ser-assim” (**Sosein**). Mas o que quer dizer “ter um ser-assim”? Bem, isto é algo que Meinong não respondeu e que – segundo pensamos – não têm mesmo resposta, porque não passa de **sheer nonsense**. (p. 61, grifos do autor).

Para além da discussão sobre a interpretação de Meinong, Guerreiro parece optar por um outro caminho filosófico, e que estritamente do ponto de vista deste outro caminho a filosofia de Meinong pode ser deixada de lado. Este outro caminho estaria marcado por o que comumente se conhece como uma ontologia menos populosa, admitida principalmente no *ser* tomado como variável de Quine⁴⁴. Acreditamos na possibilidade de se tomar o caminho dessa ontologia menos populosa, inclusive com críticas à Meinong, porém, fazendo uma leitura respeitosa a ele, considerando também todos os avanços produzidos pela escola meinongeana.

Ressaltamos que a teoria de Meinong é muito mais complexa do que normalmente nos é apresentada, sendo que as leituras, de certa forma, superficiais da teoria dos objetos, acarretam por fomentar uma estigmatização da teoria meinongeana, que podemos dizer que começou com Russell. A complexidade foi muito bem entendida pelos seguidores de Meinong, que pouco ouviram as críticas de Russell, e construíram avanços na teoria dos objetos de Meinong, por exemplo, nas chamadas lógicas livres. Desta forma, é difícil uma tomada de decisão sobre se há algum ganhador ou não neste embate entre Meinong e Russell. Ambas as teorias são delicadas, e qualquer erro poder-se-á gerar injustiças.

⁴⁴ Krause (2011) faz uma importante observação sobre Quine, “[...] para Quine, o que pode ser valor de uma variável é o objeto, e não o seu nome. A frase ‘ser é ser o valor de uma variável’, [...] centraliza a concepção ontológica quiniiana. Repare que com isso Quine não está asseverando o que há, mas o que pode ser admitido existir: aquilo que pode ser o valor de uma variável de uma adequada linguagem de forma que as sentenças quantificadas da linguagem sejam verdadeiras” (p. 47).

Outra alternativa teórica, do ponto de vista de leituras russellianas, e parece ser a que evita possíveis embates com outros filósofos, é tomar a revolucionária tecnologia de Russell desenvolvida em *Da Denotação*, e confrontá-la com os seus próprios pensamentos de 1903 em PoM. Aí as teses de Meinong surgem como um acréscimo para a mudança teórica de Russell, e não como o único alvo das críticas de Russell. Talvez isso possa permitir uma leitura mais frouxa de Meinong, coisa que parece que o próprio Russell fez, pois assim o principal combatente de Russell em 1905 era a sua própria teoria de 1903, por isso justificarse-ia não haver a necessidade de solidificar a teoria de Meinong, e sim deixá-la de lado. De fato, Russell parece muitas vezes apontar para essa própria noção de uma aproximação entre suas críticas e PoM. Russell chega a pensar que PoM, tornou-se uma espécie de resumo tosco do trabalho que desenvolveria junto com Whitehead em 1910-1913 *Principia Mathematica*. Diz ele que:

O livro *The Principles of Mathematics*, que terminei em 23 de maio de 1902, resultou uma espécie de rascunho tosco e imaturo do trabalho subsequente, do qual, no entanto, diferia, por conter controvérsia com outras filosóficas na matemática. (RUSSELL, 1960, p. 59).

Fato é que os seguidores de Russell o tomam como expressando uma teoria muito mais persuasiva, eliminando aquelas séries de dificuldades sobre os não-existentes. Porém, foram estas dificuldades que suscitaram um desenvolvimento na escola meinongiana, e que se pode dizer que estão para além das críticas de Russell. Isso mostra que a teoria de Meinong foi extremamente valorosa para o desenrolar da filosofia dos últimos tempos. Porém, há muitas leituras de Meinong que são superficiais, sendo que muitas das leituras de Meinong tem contribuído para torná-lo um filósofo cuja teoria não apresenta nenhuma saída viável.

Para os defensores das ideia de Russell, parece não haver argumento que possa conceder alguma razão a Meinong. De maneira que, a cada novo argumento e a cada nova distinção realizada na teoria de Meinong, acaba sempre embaraçando ainda mais aquilo que Quine (2011) chamou de “a barba de Platão”. Barba esta que, segundo Mario Antonio de Lacerda Guerreiro (1999), acaba crescendo para além do umbigo, e certas vezes alcançando até mesmo os pés.

Geralmente, considera-se que os argumentos em favor da teoria das descrições não são totalmente explicados por Russell. Destacamos que para além de uma preocupação com a teoria de Meinong, Russell se preocupava muito mais com o seu próprio sistema de filosofia. Sem falar na sua maior preocupação, à época, que era o paradoxo das classes. Desta forma,

pode se dizer que Russell estimulou uma leitura superficial de Meinong, mas que suas críticas não devastariam, na sua visão, só a filosofia meinongiana, mas, principalmente, também muito das suas próprias construções de 1903. Observemos a opinião de Ayer (1974),

Pressuposto que Russell admite em *Principles of Mathematics* e em outros trabalhos é o de que o significado de um nome deve ser identificado ao objeto que o nome denota. Coloca-se, por essa via, condição necessária, embora não suficiente, para que algo possa ser nomeado – a de que possa ser denotado. No período em que se ligava ao platonismo, período em que foi escrito *Principles of Mathematics*, Russell interpretava aquela condição em termos muito liberais. Tudo que pudesse ser mencionado era, por ele, considerado um termo; todo termo podia ser o sujeito lógico de uma proposição; e tudo que pudesse ser sujeito lógico de uma proposição poderia ser nomeado. Seguiu-se daí que, em princípio, era possível usar nomes para fazer referência não apenas a qualquer coisa existente em qualquer lugar e tempo, mas também para fazer referência a entidades abstratas de todas as espécies, a coisas não existentes, como o atual Czar da Rússia, a entidades mitológicas, tais como o Ciclope, e mesmo a entidades logicamente impossíveis, como o maior número primo. (AYER, 1974, p. 53).

Desta forma, as noções de *Da Denotação*, geraram a convicção em Russell de que seria uma melhor ferramenta para tratar aspectos centrais de expressões denotativas. Sendo que o abandono do pressuposto de que tais expressões possuíam sentidos por si próprias seria o caminho que não trazia consigo as dificuldades acerca dos objetos inexistentes.

Deste ponto de vista, é um erro dizer que Russell não entende a teoria de Meinong. De fato, ele foi muito simpático com as ideias de Meinong, admirando a competência de Meinong. Ele simplesmente optou por uma mudança notável de certas noções consideradas, pela tradição, como centrais às expressões denotativas, criando um aparato que evita muitas dificuldades, e acabou optando por este caminho mais fácil. Tal criação estaria relacionada também com a sua preocupação com o paradoxo das classes, evidenciando a sua preocupação em relacionar, ao mesmo tempo com as discussões com Meinong, os avanços da teoria das descrições com o seu próprio projeto filosófico. Segundo ele, para a resolução do paradoxo das classes,

Meu primeiro êxito foi a teoria das descrições [...]. Não tinha, ao que parecia, relação alguma com as contradições, mas, no devido tempo, surgiu uma conexão insuspeitada. No fim, tornou-se inteiramente claro, para mim, que era essencial alguma forma da doutrina dos tipos. (RUSSELL, 1960, p. 64)

Para evitar possíveis injustiças com Meinong, surge a necessidade de olhar as críticas de Russell como primeiramente aos seus propósitos de 1903. Sendo que, as perspectivas de *Da Denotação* também lançariam influências ao *Principia*, obra a que Russell se dedicou, após as discussões sobre inexistentes com Meinong, entre 1904 e 1907 (SIMONS, 1992). De

maneira que Russell seguiu o seu caminho na tentativa de destruir o paradoxo das classes. Porém, Meinong também seguiria seu caminho aperfeiçoando a sua teoria dos objetos até a sua morte em 1920.

Para além dessa associação entre o Russell de 1905 e o de 1903, emerge uma necessidade de que possam ser reconsideradas as leituras estigmatizadas de Meinong. Dito de outra forma, a teoria de Meinong não é tão superficial como geralmente nos é apresentada. A teoria dos objetos de Meinong não trata da totalidade dos objetos, entendendo-os como entende o senso comum. Não se tratam de *objetos comuns*, e nem de simples menções para que os objetos passem a existir. Os objetos da teoria de Meinong são mais complexos, e até mais completa, do que geralmente encontramos. Os objetos de Meinong não são simplesmente quadrados redondos sentados em cadeiras da nossa universidade, alguns objetos não estão sentados nem no céu de Platão. Até hoje, muitos esqueceram, e por vezes parece que até o Russell propositalmente, que alguns objetos de Meinong não estão relacionados de nenhuma forma com a existência ou com a subsistência, alguns estão para além da questão de saber se existem, subsistem, ou não existem. Estes estão, para Meinong, além do ser e do não ser.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, analisamos duas importantes teses da filosofia na contemporaneidade. A tese, levantada por Meinong, da *teoria dos objetos* e a *teoria das descrições* defendida por Russell.

Comumente o ponto de debate entre as duas teses gira em torno de expressões contendo objetos impossíveis, como por exemplo, “o quadrado redondo”. Mas também se pode dizer que a discussão versava também sobre objetos da ficção como “a montanha dourada”. Geralmente, se tem olhado para esse debate somente do ponto de vista russelliano, que com a sua teoria das descrições acabaria nocauteando as teses de Meinong. Mas agora, conforme nos parece, essa visão geral do debate parece cair em equívocos acerca dessa discussão.

Vimos, na segunda seção, que a teoria de Meinong é muito mais complexa do que geralmente encontramos em sintéticas explicações de sua teoria. Disso depreende-se que tomar a teoria de Meinong apenas comparando-a com as noções russellianas acaba por gerar uma pobreza na interpretação da teoria dos objetos. Para além da discussão com Russell, Meinong consegue criar um campo de trabalho que tem de ser tomado em sua individualidade, e que tem importância independente do debate. Muitos perceberam isso e fizeram grandes avanços nas teses meinongeanas.

De outro lado, Russell é tomado como simplesmente o vencedor do debate. Além disso, na maioria das vezes, o artigo *Da Denotação* é tomado de forma desconexa em relação ao próprio desenvolvimento do pensamento russelliano, esquecendo algumas noções fundamentais presentes em PoM e que eram muito parecidas com noções meinongeanas. Na terceira seção vimos, além do artigo de 1905, a relação que este artigo tem com PoM. Daí decorre que as revolucionárias teses presentes em *Da Denotação* devem ser relacionadas não só com Meinong, mas também com as próprias teses russelianas de 1903⁴⁵.

Deste modo, tomar uma posição sobre qual lado ficar é extremamente difícil, isso se for possível afirmar que existe um ponto de encontro entre os filósofos e que são definitivamente pontos contraditórios. Entretanto, tomar um lado da discussão não deve implicar no total desinteresse pela outra teoria. Caso contrário, continuar-se-á a disseminar

⁴⁵ E, é claro, com as noções de Frege.

interpretações errôneas do debate dessas duas teorias importantes para o desenvolvimento da filosofia contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Claudio de. **Russell On the foundations of logic**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. (coleção filosofia, 72)

AYER, Alfred Jules. **As ideias de Bertrand Russell**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. São Paulo: Cultrix, 1974.

BRAIDA, Celso Reni. **Filosofia da linguagem**. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2009.

BRENTANO, Franz. **Psychology from an empirical standpoint**. Londres: Routledge, 1995.

CHISHOLM, Roderick. Além de ser e não-ser. Tradução de Celso R. Braida. In: BRAIDA, Celso. **Antologia de Ontologia**. Florianópolis: Rocca Brayde, 2011. p. 162-178. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~braida/antologia.pdf>>. Acesso em: 07 Out. de 2013.

CINTRA, Fernando Vogel. **A Teoria das Descrições de Bertrand Russell**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, 132 p. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13384/000642519.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 Out. de 2013.

CONFORTIN, Helena et. al. **Trabalhos acadêmicos: da concepção à apresentação**. 2. ed. Erechim: EdiFAPES, 2006.

CORREA, Cleber de Souza. **Uma filosofia do ‘qualquer’**: a gênese da primeira teoria da denotação de Bertrand Russell. Porto Alegre, 2010, 108 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36041>>. Acesso em: 07 Out. de 2013.

COURTINE, Jean-François. Apresentação (da Teoria do objeto de A. Meinong). Tradução de Celso R. Braida. In: BRAIDA, Celso. **Antologia de Ontologia**. Florianópolis: Rocca Brayde, 2011. p. 188-215. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~braida/antologia.pdf>>. Acesso em: 07 Out. de 2013.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: Frege, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Paulo Alcoforado. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 129-158.

GUERREIRO, Mario Antonio de Lacerda. **O dizível e o indizível**: filosofia da linguagem. Campinas: Papyrus, 1989.

_____. **O problema da ficção na filosofia analítica**. Londrina: Ed. UEL, 1999.

HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas**. Tradução de Cezar Mortari e Luiz H. Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MEINONG, Alexius. Sobre a teoria do objeto. Tradução de Celso R. Braidá. In: BRAIDA, Celso. **Três Aberturas em Ontologia**. Florianópolis: Rocca Brayde, 2005. 93 – 145. Disponível em: <http://www.clubedeautores.com.br/book/141200--Tres_Aberturas_em_Ontologia>. Acesso em: 07 de Out. de 2013.

MILL, John Stuart. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva**. Seleção e tradução de J. M. Coelho. São Paulo: Abril, 1984. p. 79-254. (Coleção os Pensadores)

QUINE, Willard Van Orman. Sobre o que há. In: Quine, Willard. **De um ponto de vista lógico**. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RUSSELL, Bertrand. Conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição. In: **Misticismo e Lógica**: e outros ensaios. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 215-236.

_____. Da Denotação. Tradução de Pablo Mariconda. In: _____. **Ensaio Escolhidos**. São Paulo: Cultura, 1974, p. 09-20. (Coleção Os Pensadores)

_____. **Introdução à Filosofia da Matemática**. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1974b.

_____. **Los Principios de la matemática**. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1948.

_____. **Meu Pensamento Filosófico**. Tradução de Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

_____. **Os problemas da filosofia**. Tradução de António Sérgio. 5. ed. Coimbra: Arménio amado, 1980.

SILVA, Ana Maria Corrêa Moreira da. **A Denotação na semântica de Russell entre 1903 e 1905**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, 186 p. Dissertação (mestrado em Lógica e Metafísica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://ppglm.files.wordpress.com/2008/12/dissertacao_ppglm_ana-_maria_correa.pdf>. Acesso em: 07 Out. de 2013.

SIMONS, Peter. **Philosophy and logic in Central Europe from Bolzano to Tarski**. Selected essays. Dordrecht: Springer, 1992.

SMITH, Janet Farrell. The Russell-Meinong Debate. **Philosophy and Phenomenological Research**, vol. 45, n. 03, mar. 1985, p. 305-350.

TWARDOWSKI, Kasimir. Para uma doutrina do conteúdo e do objeto das representações. Tradução de Celso R. Braidá. In: **Três Aberturas em Ontologia**. Florianópolis: Rocca Brayde, 2005. 45-89. Disponível em: <http://www.clubedeautores.com.br/book/141200--Tres_Aberturas_em_Ontologia>. Acesso em: 07 Jun. de 2013.